

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including the letters 'CF' and a circled '1'.

PRESTAÇÃO DE
CONTAS
ANO
2016



MUNICÍPIO DE
PORTO DE MÓS cenário de afirmação



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '979' and several illegible signatures.

INDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL	2
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS	3
1 - Estrutura Organizacional.....	3
II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2016.....	5
III - RELATÓRIO DE GESTÃO	6
1 - Objetivos do Relatório de Gestão	6
2 - Análise da Execução Orçamental	6
3 - Recursos Humanos.....	22
4 - Apoio Social	28
5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo.....	30
6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias.....	32
7 - Endividamento Municipal.....	33
8 - Declarações nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de abril	35
9 - Execução das GOP'S e do Plano	36
10 - Análise da Situação Económica e Financeira.....	40
11 - Contabilidade de Custos	59
12 - Proposta de Aplicação de Resultados	61
IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO	62

Handwritten signature in blue ink.



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL

Caros Múncipes do Concelho de Porto de Mós:

O ato de Prestar Contas reveste-se sempre de grande importância e significado na vida das Organizações, sejam elas de que natureza forem. Neste caso, é o momento de divulgar informação escrita, relevante, relativa ao exercício de 2016, a muitos e variados destinatários, mas sobretudo aos Múncipes Portomosenses.

Faço-o na qualidade de Presidente do Município pela terceira vez consecutiva, circunstância que me obriga, legalmente, a interromper estas funções que exerci ao longo de 12 anos sempre a pensar no interesse público do meu Concelho de Porto de Mós. Foi, para mim, uma grande honra, poder contar com o apoio e colaboração de muita gente empenhada e irmanada num sentimento comum de ajuda e de boa vontade. Foi todo este esforço, realizado com gosto e saber, que conduziu aos resultados obtidos, divulgados e conhecidos dentro e fora das fronteiras do nosso Concelho.

O Relatório e Contas do Exercício Económico de 2016, ora apresentado, bem como todas as demonstrações financeiras e outra documentação associada, expressa bem os resultados, apropriados e verdadeiros, obtidos no decorrer do exercício nos domínios das ações empreendidas, dos investimentos realizados e das alterações produzidas em 2016 ao nível da situação financeira e patrimonial do Município, face à sua posição em 31 de Dezembro do ano transato.

Consideramos estes resultados obtidos em 2016 muito positivos. Alcançámos globalmente os objetivos previstos no orçamento inicial e no Plano de Atividades, aprovados para este exercício económico. A execução orçamental atingiu valores muito elevados e a saúde financeira saiu reforçada. O Município desfruta hoje de uma situação confortável em vários domínios, o que nos permite desejar que a trajetória de desenvolvimento do Concelho, iniciada em 2006, seja continuada e, se possível, reforçada em nome da melhoria consistente e progressiva das condições de vida da população Portomosense.

Em nome do Executivo Municipal, agradeço à Assembleia Municipal, às Instituições Nacionais, Regionais e Locais, e a todos os colaboradores, que nos ajudaram a obter os resultados expressos neste Relatório e Contas de 2016.

Os meus agradecimentos por tudo.

O Presidente da Câmara.

João Salgueiro



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '7', 'CF', and a signature.

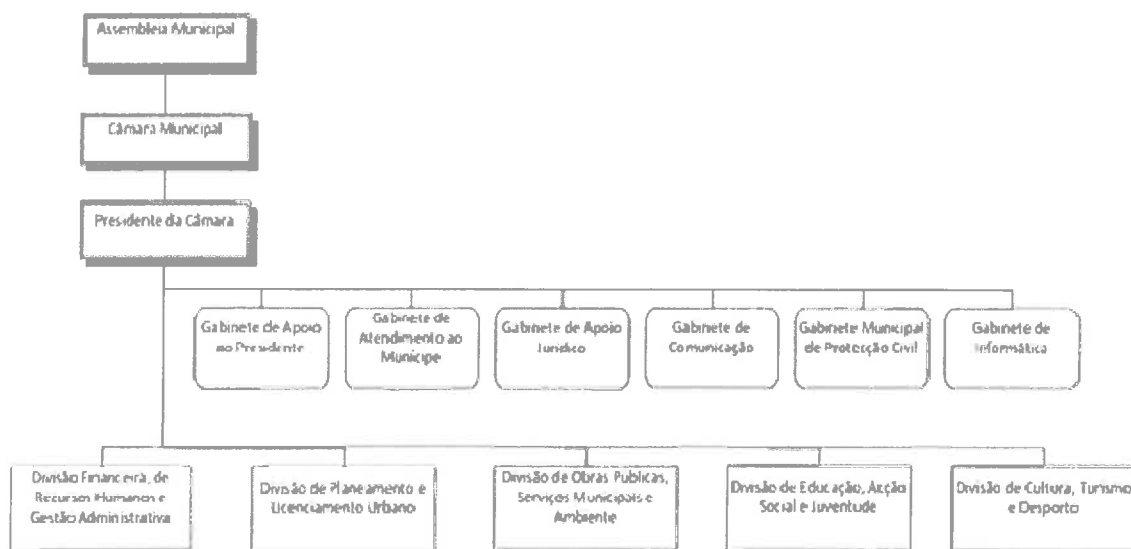
I - O MUNICIPIO DE PORTO DE MÓS

1 - Estrutura Organizacional

O Município de Porto de Mós tem sede na Praça da República, 2484-001 Porto de Mós, contribuinte fiscal n.º 505586401, telefone n.º 244 499600, fax n.º 244 499601 e email geral@municipio-portodemos.pt. Esta entidade visa através dos seus órgãos representativos (Executivo e Deliberativo), a prossecução de interesses próprios, comuns e específicos da população do Concelho de Porto de Mós.

O Município rege-se pelas normas gerais e comuns aos restantes municípios que lhe confere as atribuições previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias.

1.1 - Estrutura dos Serviços da Câmara Municipal



O modelo de estrutura orgânica – estrutura hierarquizada constituída por unidades orgânicas flexíveis, da Câmara Municipal de Porto de Mós, no ano económico em análise, foi aprovado pela Assembleia Municipal em Sessão Ordinária realizada a 20 de dezembro de 2012, no uso da competência prevista na alínea a) do artigo 6.º, conjugado com o artigo 10.º, ambos do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro.

Nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, foi aprovado pela Câmara Municipal, na sua reunião de 27 de dezembro de 2012, o Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós que vigorou no ano em análise.

Handwritten signature in blue ink.



1.2 - Descrição Sumária das Atividades

Nos termos do artigo 23.º da Lei n.º75/2013 de 12 de setembro, os municípios dispõem de atribuições, designadamente, nos seguintes domínios:

- a) Equipamento Rural e Urbano;
- b) Energia;
- c) Transportes e Comunicações;
- d) Educação;
- e) Património, cultura e ciência;
- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e Saneamento Básico;
- l) Defesa do Consumidor;
- m) Promoção do Desenvolvimento;
- n) Ordenamento do Território e Urbanismo;
- o) Polícia Municipal;
- p) Cooperação Externa.

A capacidade de intervenção dos Municípios no desenvolvimento apoia-se nas competências atrás referidas e nos meios financeiros definidos e consagrados na Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

1.3 – Órgão Executivo

No período compreendido entre 01/01/2016 a 31/12/2016 o Órgão Executivo foi composto por:

Nome	Situação na Entidade	Período de responsabilidade
João Salgueiro	Presidente	01-01-2016 a 31-12-2016
Albino Pereira Januário	Vereador R. Permanência	01-01-2016 a 31-12-2016
Anabela dos Santos Martins	Vereador R. Permanência	01-01-2016 a 31-12-2016
Rui Fernando Correia Marto	Vereador R. Permanência	01-01-2016 a 31-12-2016
Rita Alexandra Sacramento Rosa Cerejo	Vereador R. Permanência	01-01-2016 a 31-12-2016
António José Jesus Ferreira	Vereador R. N. Permanência	01-01-2016 a 31-12-2016
Nélia Maria da Piedade Nogueira	Vereador R. N. Permanência	01-01-2016 a 31-12-2016



Handwritten initials and signatures in blue ink, including "CTH", "A", and "J".

1.4 – Organização Contabilística

O regime contabilístico adotado é o do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL.

Nesta Autarquia Local o sistema informático adotado é o SCA – Sistema de Contabilidade Autárquica. É uma aplicação informática que possibilita o processamento do POCAL, em respeito pelo disposto no Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e foi fornecido pela AIRC (Associação Informática do Centro) e integra designadamente:

- Contabilidade Orçamental e Patrimonial;
- Permite o controlo financeiro e a disponibilização de informação para os órgãos autárquicos, concretamente o acompanhamento da execução orçamental numa perspetiva de caixa e de compromissos.
- Cumpre, a nível dos documentos previsionais, os princípios orçamentais e a disponibilização de informação sobre a situação patrimonial da Autarquia Local.

II - RELATÓRIO E CONTAS DE 2016

Em cumprimento do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 35º e alínea i) do n.º 1 do artigo 33º, ambos da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, os documentos de Prestação de Contas, bem como, o Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação referente ao ano 2016, são aprovados pelos Membros do Executivo Municipal, cabendo à Assembleia Municipal a sua apreciação e votação, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do Artigo 25º da referida Lei.

Os documentos de prestação de contas são enviados ao Tribunal de Contas dentro do prazo legalmente fixado para o efeito, após a aprovação pelo Órgão Executivo, independentemente da sua apreciação pelo Órgão Deliberativo.

Na elaboração dos documentos de prestação de contas apresentados foram respeitadas as regras estabelecidas no POCAL - Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro.

Por último, de salientar que na organização e documentação da prestação de contas foi ainda tida em conta, além do citado POCAL, a Resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas publicada no D.R. n.º 191, II Série, de 18 de agosto de 2001, alterada pela Resolução n.º 6/2013 – 2ª Secção, e da Resolução n.º 3/2016 publicada no D.R. n.º 13, II Série, de 18 de janeiro de 2016. Estando o Município de Porto de Mós obrigado ao cumprimento desta resolução, os documentos de prestação de contas são elaborados em conformidade com a mesma.

Handwritten signature in blue ink.



III - RELATÓRIO DE GESTÃO

1 - Objetivos do Relatório de Gestão

Em cumprimento do disposto no nº 13 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro, apresenta-se o presente Relatório, relativo ao ano de 2016.

O presente relatório de gestão decorre não apenas do cumprimento da Lei, mas também da vontade do Executivo Municipal em levar ao conhecimento dos restantes destinatários da informação sobre o seu desempenho, enquanto órgão responsável pela Gestão Municipal, no exercício económico de 2016.

Este documento tem por finalidade complementar os Documentos de Prestação de Contas da atividade deste Executivo Camarário, e contemplar os seguintes aspetos:

- ✓ Descrever a evolução orçamental e sua execução, permitindo acompanhar de uma forma sintética todo o processo de realização da despesa e a arrecadação da receita,
- ✓ Sintetizar a situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- ✓ Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos;
- ✓ Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;

Na metodologia utilizada foram elaborados quadros e gráficos de forma a evidenciar os dados indicados em cada capítulo. Para melhor análise das variáveis mais significativas na gestão municipal são apresentados, também, dados relativos à execução de anos anteriores.

2 - Análise da Execução Orçamental

O Orçamento e as Grandes Opções do Plano do ano 2016 obtiveram aprovação da Câmara Municipal em 29/10/2015 e na sessão da Assembleia Municipal em 20/11/2015. No presente subcapítulo é feita a análise do controlo orçamental e do desempenho da Receita e da Despesa.

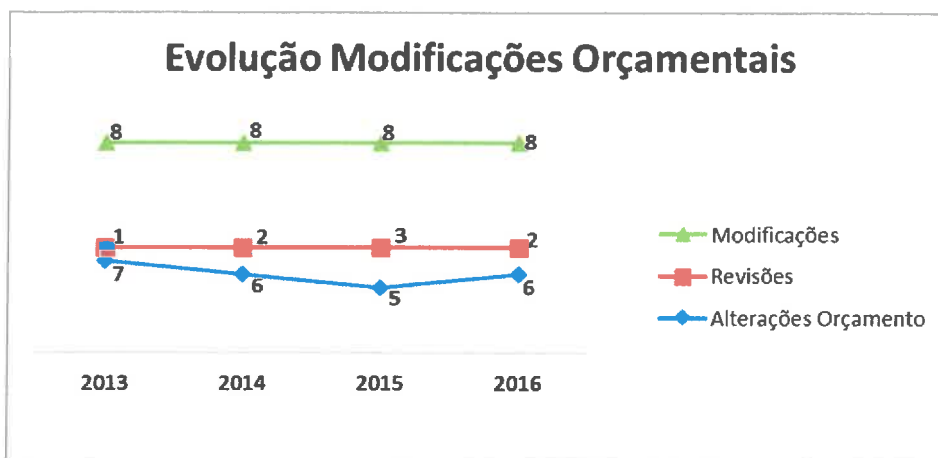
2.1 – Modificações Orçamentais

Sem prejuízo dos princípios orçamentais e das regras previsionais, na gestão orçamental muitas vezes é necessário reforçar e/ou anular a dotação das rubricas tendo em vista adequar os valores previstos às efetivas realidades. Neste sentido, durante o ano 2016 efetuaram-se 8 Modificações Orçamentais, que foram constituídas por 6 alterações e 2 revisões.

O gráfico seguinte revela a evolução das modificações orçamentais.



AJ CTA
[Handwritten signatures and initials]



2.2 – Execução Orçamental da Receita e da Despesa

2.2.1 – Orçamento de 2016

Neste ponto procura-se explicar e comparar a execução do Orçamento, valores inicialmente estimados com os valores efetivamente executados. O Orçamento Municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua execução acarreta naturalmente desvios.

O Orçamento apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregadas segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem caráter anual.

O Orçamento inicial foi aprovado com uma dotação de 17.796.023,00 €. Ao longo do exercício foram efectuadas 8 modificações orçamentais, das quais 6 foram alterações e 2 revisões. A primeira revisão de caráter obrigatório para a inclusão do saldo orçamental no montante de 2.266.382,17 €, com a anulação do valor de 1.125.000,00 € inscrito no orçamento inicial como previsão do saldo orçamental a transitar. O valor final após as modificações foi de 19.840.200,17 €, o que traduz num aumento de 11,49%.

	Valor
Saldo da Gerência anterior (2015)	2.266.382,17 €
Receita cobrada na Gerência	18.625.257,34 €
Soma	20.891.639,51 €
Despesa paga na Gerência	18.021.225,75 €
Saldo da Gerência seguinte	2.870.413,76 €

Analisando o quadro seguinte verifica-se que ao longo do ano 2016, e relativamente aos objetivos estabelecidos no Orçamento, a taxa de execução da receita fixou-se em 105,30%, enquanto que a taxa de execução da despesa total ascendeu aos 90,83%. Estes valores traduzem assim a capacidade de realização das receitas e das despesas

[Handwritten signature]



Handwritten signatures and initials: CTF, AF, and others.

programadas, sendo que a taxa referente às despesas refere-se a valores pagos, enquanto que no caso da receita a mesma se refere à receita cobrada bruta.

Ano 2016					
Designação	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Execução (Receita Cobrada Bruta e Despesa Paga)	Desvio (Executado - Final)	Taxa Execução
Receita:					
- Corrente	15.349.433,00 €	15.425.006,00 €	15.919.685,63 €	494.679,63 €	103,21%
- Capital	2.445.590,00 €	2.147.812,00 €	2.705.468,31 €	557.656,31 €	125,96%
- Out. Receitas	1.000,00 €	2.267.382,17 €	2.266.485,57 €	-896,60 €	99,96%
Total	17.796.023,00 €	19.840.200,17 €	20.891.639,51 €	1.051.439,34 €	105,30%
Despesa:					
- Corrente	12.622.390,00 €	13.264.108,18 €	12.085.688,72 €	-1.178.419,46 €	91,12%
- Capital	5.173.633,00 €	6.576.091,99 €	5.935.537,03 €	-640.554,96 €	90,26%
Total	17.796.023,00 €	19.840.200,17 €	18.021.225,75 €	-1.818.974,42 €	90,83%

Nota (1) – A execução da receita foi calculada com base nas receitas cobradas brutas dado que os reembolsos e restituições já estão considerados na despesa.

2.2.2 – Taxas de Execução Orçamental no Triénio de 2014/2016

O quadro e gráfico que a seguir se apresentam, refletem a evolução das taxas de execução do orçamento nos últimos 3 anos.

Evolução das Taxas de Execução Orçamental			
Designação	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Receita:			
- Corrente	101,52%	98,18%	103,21%
- Capital	82,62%	59,97%	125,96%
- Out. Receitas	99,10%	100,01%	99,96%
Totais	98,79%	95,05%	105,30%
Despesa:			
- Corrente	89,88%	88,54%	91,12%
- Capital	77,59%	73,45%	90,26%
Totais	86,35%	83,43%	90,83%

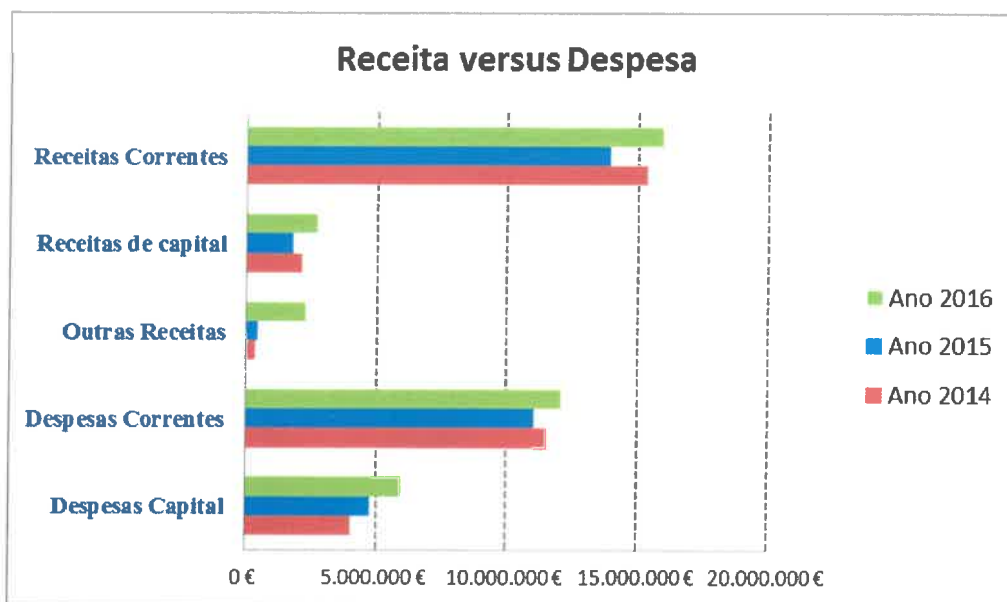
2.2.3 – Evolução da Receita e da Despesa

O gráfico que a seguir se apresenta permite fazer uma análise comparativa da estrutura da receita e despesa e sua evolução no período 2014 a 2016.

Handwritten signature and initials: CTF, AF, and others.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top right and another at the bottom right.



2.2.3.1 – Poupança Corrente

O Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, que instituiu o POCAL dispõe que as Autarquias Locais cumpram o princípio do equilíbrio orçamental, consagrado na alínea e) do ponto 3.1.1 do referido diploma legal e que determina que “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes”.

Com este princípio orçamental, pretende-se afetar ao investimento a totalidade da receita de capital e ainda uma percentagem da receita denominada “Poupança Corrente”.

Neste ponto pretende-se analisar a evolução da poupança corrente, calculada pela diferença entre a receita corrente e a despesa corrente.

O rácio apresentado no quadro seguinte **Receita Corrente / Despesa Corrente** permite medir a capacidade das receitas corrente cobrirem as despesas da mesma natureza. Pela análise do mesmo, verifica-se que a Autarquia cumpriu, mais um ano, o princípio da boa gestão, dado que as receitas correntes foram suficientes para cobrir as despesas correntes, permitindo ainda suportar parte das despesas com projectos de investimento.

Rácio	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Receita Corrente / Despesa Corrente	132,68%	133,68%	131,72%

Tem-se registado uma evolução contínua e positiva das contas nos últimos três anos, uma vez que as receitas correntes superam as despesas correntes. Este resultado traduz

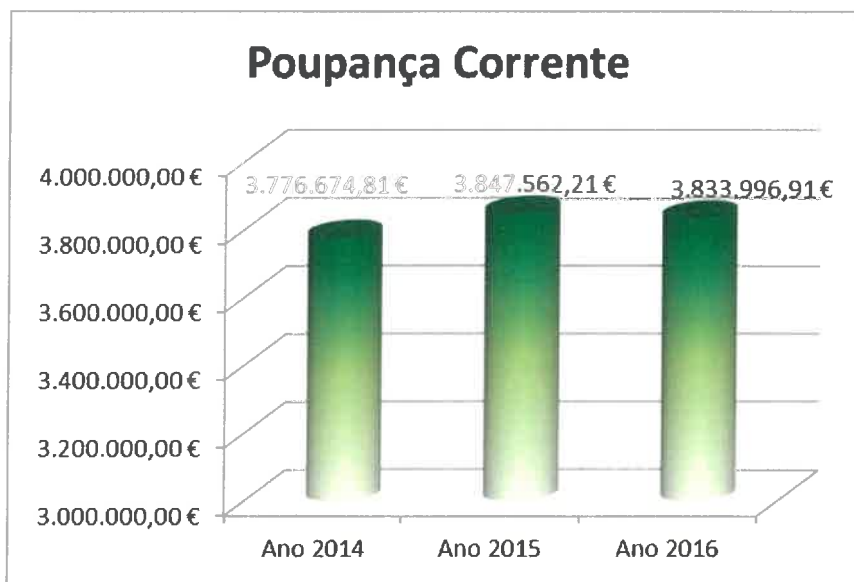
Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

uma preocupação constante do Executivo Municipal no domínio das boas práticas de gestão, materializada na obtenção de um saldo positivo em 2016 a favor dos projetos de investimento no montante de 3.833.996,91 €.

O gráfico abaixo ilustra o esforço de “Poupança Corrente” ao longo do triénio de 2014 / 2016



2.2.3.2 – Equilíbrio Orçamental

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro vem estabelecer uma nova regra de “Equilíbrio Orçamental”. Dispõe o seu artigo 40.º no n.º 1 que “Os orçamentos das entidades do sector local prevêem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas.”, sendo que o n.º 2 do mesmo artigo refere que “(...) a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazos.”.

	Equilíbrio Orçamental Ano 2016
Despesas Correntes (1)	12.085.688,72 €
Amortizações médias dos Empréstimos (2)	342.398,06 €
Subtotal (3) = (1) + (2)	12.428.086,78 €
Receitas Correntes brutas (4)	15.919.685,63 €
Margem (5) = (4)-(3)	3.491.598,85 €

Com base nos valores apurados o Município de Porto de Mós cumpriu a Regra do Equilíbrio Orçamental, na execução orçamental no ano 2016, existindo uma margem de 3.491.598,85 €.

[Handwritten signature in blue ink]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CF', 'A', 'B', and 'C'.

2.2.4 – Execução Orçamental da Receita

A estrutura e execução da Receita do ano 2016, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Receita por rubrica

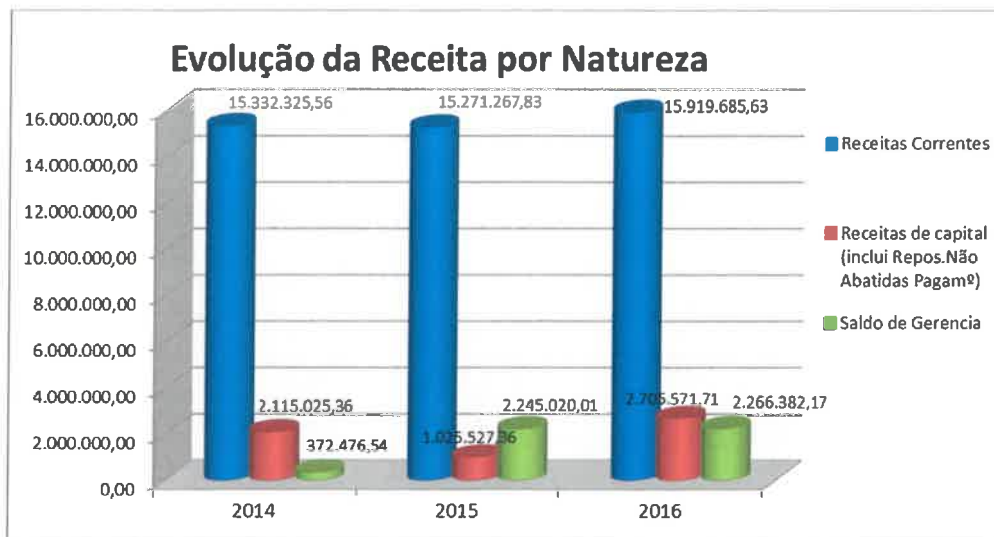
<i>Composição da Receita</i>	<i>Previsão</i>	<i>Execução (Receita cobrada bruta)</i>	<i>Peso p/ Rubrica %</i>	<i>% Execução</i>
01 - Impostos directos	3.930.678,00 €	4.204.994,56 €	20,13%	106,98%
02 - Impostos indirectos	72.470,00 €	124.817,95 €	0,60%	172,23%
04 - Taxas, multas e outras penalidades	266.585,00 €	291.449,19 €	1,40%	109,33%
05 - Rendimentos da propriedade	975.500,00 €	1.245.550,98 €	5,96%	127,68%
06 - Transferências correntes	7.768.343,00 €	7.679.056,73 €	36,76%	98,85%
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.394.430,00 €	2.342.933,87 €	11,21%	97,85%
08 - Outras receitas correntes	17.000,00 €	30.882,35 €	0,15%	181,66%
RECEITAS CORRENTES	15.425.006,00 €	15.919.685,63 €	76,20%	103,21%
09 - Venda de bens de investimento	102.075,00 €	340.317,00 €	1,63%	333,40%
10 - Transferências de capital	2.016.237,00 €	2.365.151,31 €	11,32%	117,31%
11 - Activos financeiros	4.500,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
13 - Outras receitas de capital	25.000,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
RECEITAS CAPITAL	2.147.812,00 €	2.705.468,31 €	12,95%	125,96%
15 - Reposições não abatidas nos pagamentos	1.000,00 €	103,40 €	0,00%	10,34%
16 - Saldo da gerência anterior	2.266.382,17 €	2.266.382,17 €	10,85%	100,00%
OUTRAS RECEITAS	2.267.382,17 €	2.266.485,57 €	10,85%	99,96%
RECEITA TOTAL	19.840.200,17 €	20.891.639,51 €	100,00%	105,30%

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten notes and signatures in blue ink, including the number '979' and various initials.

2.2.4.1 – Evolução da Receita por Natureza



2.2.4.2 – Evolução da Receita Corrente

Designação	2014	2015	2016
Impostos diretos	4.032.015,24 €	4.012.972,98 €	4.204.994,56 €
Impostos indiretos	81.422,35 €	61.360,47 €	124.817,95 €
Taxas, multas e outras penalidades	261.563,78 €	299.536,95 €	291.449,19 €
Rendimentos da propriedade	1.209.387,09 €	805.879,95 €	1.245.550,98 €
Transferências correntes	7.475.659,73 €	7.616.879,06 €	7.679.056,73 €
Venda de bens e serviços correntes	2.215.929,22 €	2.465.038,07 €	2.342.933,87 €
Outras receitas correntes	56.348,15 €	9.600,35 €	30.882,35 €
Receita Corrente (Total)	15.332.325,56 €	15.271.267,83 €	15.919.685,63 €

As receitas correntes cobradas em 2016 totalizaram 15.919.685,63 €, o que representa uma percentagem de execução de 103,21% face ao montante previsto. Esta receita corrente destinou-se ao financiamento da despesa da mesma natureza e a uma parte da despesa de capital.

Analisando mais em pormenor as receitas correntes arrecadadas, verifica-se que a sua maioria é proveniente das transferências correntes e as restantes tiveram origem em fontes diversas salientando-se os impostos diretos, nomeadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e a Venda de Bens e Serviços Correntes.

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten blue ink marks and signatures in the top right corner, including the number '27' and various scribbles.

O valor das transferências correntes contém as receitas provenientes sobretudo das transferências do Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação IRS), no montante de 6.255.781,00€ e da transferência de competências para o Município em matéria de educação e ação social.

No que à receita corrente diz respeito, verificou-se que a receita arrecadada superou a previsão orçamental inicial nos seguintes capítulos:

- Os impostos diretos representam 26,41% do total de receitas correntes arrecadadas em 2016 e 20,13% do total de receitas arrecadadas no mesmo ano. A receita proveniente dos imposto diretos registou uma execução de 106,98%, tendo-se verificado um desvio positivo entre as receitas estimadas e as arrecadadas em cerca de 274.316,56€. Esta diferença positiva ocorreu, fundamentalmente, pelo aumento verificado na receita do imposto municipal sobre as transações onerosas e da derrama.
- Os impostos indiretos englobam as receitas que revistam a forma de taxas, licenças, emolumentos ou outras semelhantes, pagas por unidades empresariais. Os impostos indiretos representam 0,78% do total de receitas correntes arrecadadas e 0,60% do total das receitas. A taxa de execução da receita arrecadada nesta rubrica também se situou acima dos 100%. A receita previsional era de 72.470,00€, verificando-se que esta rubrica excedeu o previsto em 52.347,95€.
- As taxas, multas e outras penalidades incluem as receitas pagas por particulares, em contrapartida de serviços prestados relacionados com a emissão de licenças e prestação de serviços nos termos da Lei e da aplicação do regulamento e tabela de taxas e ou receitas do Município de Porto de Mós em vigor. As taxas, multas e outras penalidades representam 1,83% do total de receitas correntes arrecadadas e 1,40% do total das receitas. Esta rubrica registou, à semelhança dos impostos indiretos, uma taxa de execução acima dos 100%, tendo-se registado uma variação positiva de 24.864,19€ em relação ao inicialmente previsto.
- No âmbito da receita corrente assume, ainda, um peso relevante a rubrica “rendimentos de propriedade”, que engloba, nomeadamente, a renda paga pela EDP que ascendeu em 2016 ao montante de 934.547,50€ e a renda do parque eólico do Chão do Falcão no montante de 208.835,16€. O valor registado nesta rúbrica é superior ao do ano transato e à estimativa efetuada, dado que a renda da EDP do 4.º trimestre de 2015, no valor de 186.363,14€, foi registada em janeiro de 2016, o que contribuiu também para uma taxa de execução da receita acima dos 100%.

Handwritten blue ink signature in the bottom right corner.



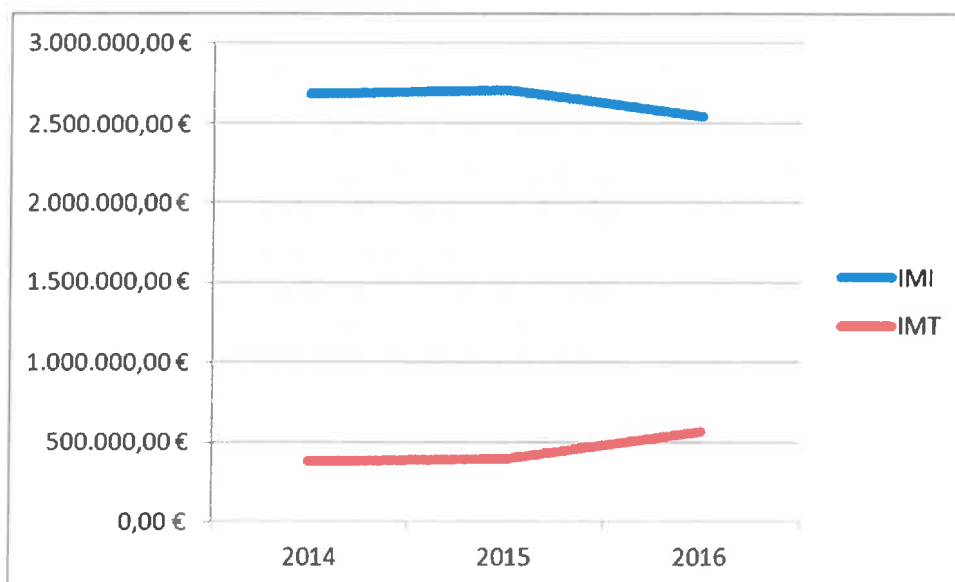
[Handwritten signatures and initials in blue ink]

O quadro seguinte apresenta a evolução dos impostos directos que no seu conjunto representam 26,41 % do total das receitas correntes.

Evolução dos Impostos Directos

Impostos Directos	2014	2015	2016
IMI	2.681.596,45 €	2.710.273,18 €	2.547.113,35 €
IUC	539.699,02 €	529.152,78 €	548.489,92 €
IMT	383.710,55 €	399.146,18 €	569.139,90 €
Derrama	427.009,22 €	356.873,44 €	540.251,39 €
Impostos abolidos	0,00 €	17.527,40 €	0,00 €
Totais	4.032.015,24 €	4.012.972,98 €	4.204.994,56 €

Ao nível dos impostos directos – IMI e IMT procedemos à análise relativamente ao seu comportamento nos últimos 3 anos.



A receita proveniente dos impostos directos, é arrecadada directamente pela Autoridade Tributária e transferida para o Município, conforme dispõe o artigo 17.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias e das entidades intermunicipais. Por este serviço de liquidação e cobrança, a Autoridade Tributária recebeu uma comissão que, no ano 2016, ascendeu a 89.274,35€, sendo 60.795,56€ referentes ao IMI.

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) manteve a trajetória ascendente dos últimos dois anos, sendo que neste último ano se verificou uma redução de 6,02%. Esta redução resultou da alteração introduzida pela Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março que aprovou o

[Handwritten signature in blue ink]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CF', 'A', and 'AF'.

Orçamento de Estado para o ano 2016, ao Código do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), com o aditamento de um artigo de isenções automáticas para os prédios de reduzido valor patrimonial de sujeitos passivos com baixo rendimento. O Município manteve, no período em análise, e por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta da Câmara, as taxas mínimas impostas por lei.

O Imposto Municipal sobre transmissões onerosas (IMT), apresenta um aumento de 42,59% em relação ao ano 2015. De notar que esta receita se encontra dependente das condições do mercado imobiliário, não estando as eventuais variações anuais no âmbito das competências municipais.

2.2.4.3 – Evolução da Receita de Capital

Designação	2014	2015	2016
Venda de bens de investimento	164.288,02 €	215.188,28 €	340.317,00 €
Transferências de capital	1.863.513,02 €	765.968,63 €	2.365.151,31 €
Ativos financeiros	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Outras receitas de capital	85.625,00 €	43.335,72 €	0,00 €
Receita de Capital (Total)	2.113.426,04 €	1.024.492,63 €	2.705.468,31 €

As receitas de capital são constituídas por venda de bens de investimento, transferências de capital e outras receitas, representando na sua globalidade 12,95% do total das receitas executadas.

Durante o ano 2016 verificou-se que a receita de capital arrecadada superou a previsão orçamental inicial na venda de bens de investimento e nas transferências de capital.

A venda de bens de investimento registou um nível de execução de 333,40%, e registou um aumento de 58,15% comparativamente à receita arrecadada em 2015. A receita prevista para a venda de bens de investimento no ano 2016 foi estimada considerando o disposto no artigo 253.º da Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento de Estado para o ano 2015, “*Os municípios não podem, na elaboração dos documentos previsionais para 2016, orçamentar receitas respeitantes à venda de bens imóveis em montante superior à média aritmética simples das receitas arrecadadas com a venda de bens imóveis nos últimos 36 meses que precedem o mês da sua elaboração.*” A execução desta receita está diretamente relacionada com a venda de bens de investimento, nomeadamente a alienação de lotes nas zonas industriais do Concelho de Porto de Mós, cuja procura registou um aumento acentuado no decorrer do ano 2016.

As Transferências de Capital têm origem nas transferências da Administração Central, nomeadamente o Fundo de Equilíbrio Financeiro decorrente do Orçamento de Estado e da receita proveniente de candidaturas a fundos comunitários.

As transferências de capital representam 87,42% do total de receitas de capital e 11,32%

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CF', 'A', and 'F'.

do total de receitas arrecadadas em 2016.

As transferências de capital registaram uma taxa de execução de 117,31%, tendo-se verificado um desvio positivo entre a receita previsional corrigida e a efetivamente arrecadada no montante de 348.914,31€, proveniente da participação comunitária de projetos cofinanciados.

Do montante de transferências de capital arrecadada, o valor de 573.560,00€ diz respeito à transferência proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro e o restante valor de 1.791.591,31€ teve origem em projetos financiados referentes a:

- Obras de Reabilitação, Adaptação e Ampliação do Quartel da GNR Porto de Mós, no montante de 400.000,00€;
- Remodelação e Ampliação do Centro Escolar de Porto de Mós, no montante de 1.181.638,60€;
- Casa da Cultura de Mira de Aire, no montante de 73.082,23€, (encerramento da operação);
- Requalificação da Frente Ribeirinha do Rio Lena, no montante de 8.854,27€, (encerramento da operação);
- Requalificação da Avenida da Liberdade/Rua Adriano Carvalho, no montante de 28.838,88€, (encerramento da operação);
- Requalificação da Rua 5 de Outubro, no montante de 7.518,76€, (encerramento da operação);
- Construção do Polo Educativo de São Bento, no montante de 9.234,59€, (encerramento da operação);
- Construção de Infraestruturas 3ª Fase do Parque Industrial de Porto de Mós, no montante de 18.736,75€, (encerramento da operação);
- Centro Municipal de Proteção Civil, no montante de 6.672,26€ (apoio financeiro concluído), (encerramento da operação);
- Remodelação da Conduta do Tojal, no montante de 8.385,85€, (encerramento da operação);
- Abastecimento de Água ao Livramento, no montante de 754,77€, (encerramento da operação);
- Ampliação da Rede de Águas São Bento/Penedos Belos, no montante de 5.052,37€, (encerramento da operação);
- SAMA COMPETE – Sistema de Apoio à Modernização Administrativa, no montante de 42.821,98€, (encerramento da operação).

Handwritten signature in blue ink.



CFH
A7
13/13

2.2.5 – Execução Orçamental da Despesa

2.2.5.1 – Evolução da Despesa por Natureza

A estrutura e execução da despesa do ano 2016, constam do quadro abaixo.

Execução Orçamental da Despesa por rubrica

Composição da Despesa	Previsão	Execução (valor pago)	Peso p/ Rubrica na Despesa Total	% Execução
01 - Despesa com Pessoal	5.202.851,58 €	4.849.086,60 €	26,91%	93,20%
02 - Aquisição de Bens e Serviços	7.053.867,22 €	6.293.553,47 €	34,92%	89,22%
03 - Juros e Outros Encargos	14.111,13 €	11.413,59 €	0,06%	80,88%
04 - Transferências Correntes	836.530,00 €	790.084,89 €	4,38%	94,45%
05 - Subsídios	200,00 €	0,00 €	0,00%	0,00%
06 - Outras Despesas correntes	156.548,25 €	141.550,17 €	0,79%	90,42%
DESPESA CORRENTE	13.264.108,18 €	12.085.688,72 €	67,06%	91,12%
07 - Aquisição de Bens de Capital	5.718.558,99 €	5.105.685,73 €	28,33%	89,28%
08 - Transferências de capital	285.500,00 €	260.539,58 €	1,45%	91,26%
09 - Activos financeiros	116.433,00 €	116.433,00 €	0,65%	100,00%
10 - Passivos financeiros	288.000,00 €	287.043,59 €	1,59%	99,67%
11 - Outras Despesa de Capital	167.600,00 €	165.835,13 €	0,92%	98,95%
DESPESA CAPITAL	6.576.091,99 €	5.935.537,03 €	32,94%	90,26%
DESPESA TOTAL	19.840.200,17 €	18.021.225,75 €	100,00%	90,83%

Da análise do quadro supra verifica-se que da despesa total efetuada pelo Município, 67,06% destina-se a despesa corrente e 32,94% a despesa de capital. As despesas com o pessoal detêm um peso de 26,91% na despesa total. A despesa corrente com maior peso na despesa total é a aquisição de bens e serviços correspondente a 34,92%.

2.2.5.2 – Evolução da Despesa Corrente

O quadro seguinte mostra a evolução da despesa corrente no triénio de 2014/2016. Os valores evidenciados resultam da execução orçamental numa “ótica de caixa”.



CFH
[Handwritten signatures]

Evolução Despesas Correntes	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
01- Pessoal	4.610.720,29 €	4.697.982,71 €	4.849.086,60 €
02 - Aquisição de Bens e Serviços	6.036.860,30 €	5.864.719,56 €	6.293.553,47 €
03 - Juros e Outros Encargos	34.459,42 €	22.433,33 €	11.413,59 €
04 - Transferências Correntes	756.437,53 €	736.597,29 €	790.084,89 €
06 - Outras Despesa Correntes	117.173,21 €	101.972,73 €	141.550,17 €
Total	11.555.650,75 €	11.423.705,62 €	12.085.688,72 €

A despesa corrente é composta principalmente pelas despesas com pessoal, pela aquisição de bens e serviços e pelas transferências correntes.

A despesa corrente no ano 2016 registou um acréscimo de 661.983,10€ relativamente ao ano 2015, que se traduz num aumento de 5,79%.

O capítulo 02 – Aquisição de Bens e Serviços, representa cerca de 52,07% no conjunto da despesa corrente. Este capítulo subdivide-se em Aquisição de Bens e Aquisição de Serviços, tendo sido pagos, respectivamente, os montantes de 1.640.932,62€ e 4.652.620,85€ durante o ano 2016.

No quadro seguinte encontram-se evidenciadas as rubricas mais determinantes no comportamento da despesa corrente - aquisição de bens e serviços, no triénio 2014 / 2016.

Os valores evidenciados resultam da execução orçamental numa “ótica de caixa”.

Composição da despesa	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016	Varição 2016/2015
Aquisição de bens	1.348.160,75 €	1.405.920,56 €	1.449.050,64 €	3,07%
Materias Primas e Subsidiarias	132.382,72 €	157.438,16 €	149.446,55 €	-5,08%
Combustíveis e Lubrificantes	312.567,38 €	257.461,67 €	219.889,26 €	-14,59%
Alimentação - Ref.Confeccionadas	438.326,16 €	482.479,80 €	449.018,75 €	-6,94%
Mercadoria para venda - Água	329.904,30 €	356.792,05 €	421.654,67 €	18,18%
Outros Bens	134.980,19 €	151.748,88 €	209.041,41 €	37,75%
Aquisição de Serviços	4.054.243,15 €	3.737.831,11 €	4.103.234,86 €	9,78%
Encargos de Instalações	1.471.747,49 €	1.200.557,94 €	1.585.062,95 €	32,03%
Limpeza e Higiene	925.186,06 €	941.238,46 €	937.632,27 €	-0,38%
Locação de outros Bens	113.266,17 €	106.060,54 €	112.960,30 €	6,51%
Conservação de bens	324.145,02 €	306.487,76 €	337.989,45 €	10,28%
Transportes Escolares	285.664,26 €	231.192,34 €	190.495,20 €	-17,60%
Outros Trabalhos Especializados	750.479,46 €	719.353,41 €	627.963,37 €	-12,70%
Outros Serviços	183.754,69 €	232.940,66 €	311.131,32 €	33,57%
TOTAL	5.402.403,90 €	5.143.751,67 €	5.552.285,50 €	7,94%

[Handwritten signature]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CF' and 'AF'.

Rubricas com maior peso no conjunto da despesa corrente e a sua evolução no triénio

Entidades	Tipo de Serviço	2014	2015	2016	Variação 2016/2015
		Valor pago	Valor pago	Valor pago	
Suma, SA	Limpeza Higiene Urbana	624.537,42 €	625.605,25 €	624.190,65 €	-0,23%
Total - EDP Serviço Universal, SA + EDP Comercial, SA	Electricidade	1.470.641,22 €	1.198.745,55 €	1.580.072,64 €	31,81%
Valorlis SA	Tratam.Res.Sólidos	282.136,84 €	296.887,93 €	295.902,77 €	-0,33%
Simlis SA / Águas do Centro Litoral, S.A	Tratamento Efluentes	655.643,06 €	636.353,17 €	564.235,08 €	-11,33%
Total - Repsol +Petroibérica + BP	Fornecimento de combust. e Portagens	183.182,95 €	150.780,33 €	162.199,08 €	7,57%
Associação Desportiva Portomossense	Fornec. almoços, Prolong. escolar, AECs, Transportes e apoios	324.090,52 €	313.878,20 €	260.618,97 €	-16,97%
Casa do Povo da Calvaria	Fornecimento de almoços e Prolongamento escolar	96.702,20 €	103.778,53 €	94.141,65 €	-9,29%
Centro Paroquial de Assistencia do Juncal	Fornecimento de almoços e Prolongamento escolar	85.382,93 €	87.120,19 €	85.430,90 €	-1,94%
Rodoviaria do Tejo SA	Transporte escolar	231.301,26 €	177.941,51 €	144.936,47 €	-18,55%
Águas do Lena SA	Fornecimento de água	44.987,03 €	46.667,24 €	46.555,06 €	-0,24%
EPAL-Empresa Port.Águas Livres SA	Fornecimento de água	284.152,33 €	307.715,43 €	372.430,13 €	21,03%
CTT - Correios de Portugal SA	Avença e enc.cobrança água	86.472,29 €	100.977,34 €	100.944,18 €	-0,03%
TOTAIS		4.369.230,05 €	4.046.450,67 €	4.331.657,58 €	7,05%

2.2.5.3 - Evolução da Despesa de Capital

O quadro seguinte ilustra a evolução nos últimos três anos da despesa de capital.

Evolução Despesas Capital	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
07 - Aquisição de Bens de Capital	3.149.130,00 €	3.808.761,40 €	5.105.685,73 €
08 - Transferências de capital	420.772,06 €	187.972,08 €	260.539,58 €
09 - Activos financeiros	0,00 €	116.433,00 €	116.433,00 €
10 - Passivos financeiros	403.559,29 €	678.983,14 €	287.043,59 €
11 - Outras Despesa de Capital	45.695,35 €	59.577,79 €	165.835,13 €
Total	4.019.156,70 €	4.851.727,41 €	5.935.537,03 €

A despesa de capital registou uma execução de 90,26% em 2016, atingindo o montante de 5.935.537,03€.

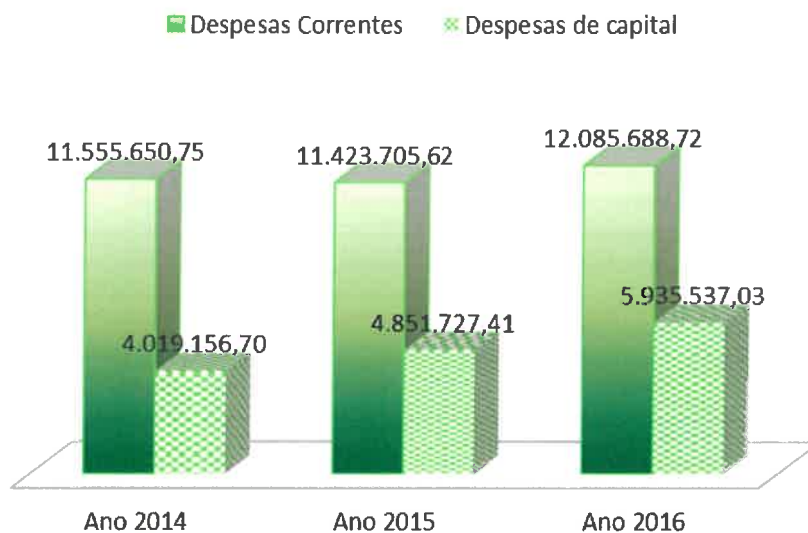
Nas componentes da despesa de capital destaca-se a aquisição de bens capital, cujo

Handwritten signature in blue ink.



montante representa 86,02% da despesa de capital.

2.2.5.4 – Despesas de Capital vs Despesas Correntes



2.2.6 – Indicadores de Natureza Orçamental

O quadro que a seguir se apresenta permite comparar alguns rácios na ótica da classificação orçamental.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CF', 'B', and 'F'.

Rácios	2014	2015	2016
Rácios de Estrutura da Receita			
Impostos Diretos / Receita Corrente	26,30%	26,28%	26,41%
Transferencia Correntes / Receitas Correntes	48,76%	49,88%	48,24%
Transferencia Capital / Receita Capital	88,17%	74,77%	87,42%
Venda de Bens e Serviços Correntes / Receita Corrente	14,45%	16,14%	14,72%
Receitas Correntes / Receitas Totais	86,04%	82,36%	76,20%
Receita de Capital / Receita Total	11,86%	5,53%	12,95%
Rácios de Estrutura da Despesa			
Despesa Pessoal / Despesa Corrente	39,90%	41,12%	40,12%
Investimento / Despesa Capital	78,35%	78,50%	86,02%
Despesa Corrente / Despesa Total	74,19%	70,19%	67,06%
Despesa Capital / Despesa Total	25,81%	29,81%	32,94%
Rácios Financeiros Orçamentais			
Despesa Pessoal / Receita Corrente	30,07%	30,76%	30,46%
Transferencias OE / Despesa Total	40,93%	41,45%	37,90%
Receita Corrente / Despesa Corrente	132,68%	133,68%	131,72%
Receita Capital / Despesa Capital	52,58%	21,12%	45,58%
Receita Total / Despesa Total	114,41%	113,93%	115,93%
Rácios de Investimento			
Investimento / População Residente (*)	129,37 €	156,47 €	209,75 €
Investimento / Área Municipal (KM2) (*)	11.883,51 €	14.372,68 €	19.266,74 €
Rácios Despesa Pública por Habitante			
Despesa Total / População Residente	639,83 €	668,62 €	740,33 €

(*) Considerou-se População residente 24.342 Habitantes (Censos 2011)

(*) Considerou-se área Municipal 265 Km²

Da análise do quadro podemos concluir que:

- ✓ O peso das receitas provenientes de impostos diretos, sobre o total das receitas correntes, teve no ano 2016 um valor ligeiramente superior ao do ano anterior e representaram cerca de 26,41% das receitas correntes;
- ✓ A receita contabilizada como transferência corrente representa cerca de metade do total de receitas correntes, correspondendo, no ano 2016, a 48,24% das mesmas;
- ✓ O rácio transferências capital / receitas de capital, permite verificar que as receitas provenientes de transferências de capital representaram 87,42% do total de receitas de capital;
- ✓ As receitas correntes representaram em 2016, cerca de 76,20% das receitas

Handwritten signature and initials in blue ink, including 'M' and 'A'.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

- totais arrecadadas;
- ✓ O peso das despesas com pessoal nas despesas correntes desceu ligeiramente relativamente ao ano anterior. Estas despesas representam 40,12% das despesas correntes e 30,46% das receitas correntes;
 - ✓ Em 2016, 86,02% das despesas de capital dizem respeito a despesas de investimento;
 - ✓ As despesas correntes representam 67,06% das despesas totais;
 - ✓ As receitas totais do Município, no ano em análise, cobriram as despesas totais como já havia acontecido em 2015;
 - ✓ O montante de despesas de investimento pagas pelo Município, em 2016, representou um investimento de 209,75 € por Município;
 - ✓ O montante total das despesas pagas pelo Município, em 2016, correspondeu a 740,33 € por Município.

3 - Recursos Humanos

Os recursos humanos são um activo dos mais relevantes para o desempenho das organizações.

O sucesso ou insucesso, plasmado nos resultados das organizações, está, assim, muito dependente da eficiência e da eficácia dos seus recursos humanos.

3.1 - Quadro Estrutural do Efetivo em 31.12.2016

O número de trabalhadores ao serviço da Autarquia em 31 de dezembro do ano 2016 era de 307, o que representa um decréscimo de 6,40% face ao ano 2015.

O quadro seguinte identifica os trabalhadores a 31 de dezembro de 2016 distribuídos por categorias e funções.

	Dirigentes - Intermédio	Carreiras Gerais - Técnico Superior	Carreiras Gerais - Assistente Técnico	Carreiras Gerais - Assistente Operacional	Informática	Fiscal	Outro	TOTAL
Comissão de Serviço	3	0	0	0	0	0	2	5
CTFP por Tempo Indeterminado	0	29	60	165	3	1	0	258
CTFP a Termo Resolutivo Certo	0	0	0	44	0	0	0	44
TOTAIS	3	29	60	209	3	1	2	307

[Handwritten signature in blue ink]



Seguidamente apresenta-se a evolução do quadro de efetivos relativamente ao ano transato.

Evolução do número de trabalhadores segundo o Grupo Profissional

Designação	2015		2016		Var. Abs
		Peso Relat. (%)		Peso Relat. (%)	
Dirigentes – Intermédio	3	0,91%	3	0,98%	0
Carreiras Gerais - Técnico Superior	51	15,55%	29	9,45%	-22
Carreiras Gerais - Assistente Técnico	64	19,51%	60	19,54%	-4
Carreiras Gerais - Assistente Operacional	204	62,20%	209	68,08%	5
Informática	3	0,91%	3	0,98%	0
Fiscal	1	0,30%	1	0,33%	0
Outro	2	0,61%	2	0,65%	0
Total	328	100,00%	307	100,00%	-21

O número total de trabalhadores em 31 de dezembro de 2016 era de 307, registando-se um decréscimo de 21 trabalhadores em relação ao ano de 2015.

Esta diferença encontra-se devidamente justificada no quadro seguinte, onde se registam as saídas de trabalhadores por aposentação e caducidade de contratos de trabalho e novas contratações.

Unidades Orgânicas	Categoria	N.º Trabalhadores	
		Saídas	Entradas
Divisão Obras Púb., Ser. Municipais e Ambiente	Assistente Operacional	4	3
	Assistente Técnico	1	
Divisão de Educação, Acção Social e Juventude	Assistente Operacional		3
	Técnico Superior (*)	22	0
	Assistente Técnico (*)	3	1
Divisão de Cultura, Turismo e Desporto	Assistente Operacional		2
Total		30	9

(*) Trabalhadores afetos às Atividades de Enriquecimento Curricular

Os quadros seguintes apresentam a distribuição de trabalhadores segundo o sexo e grupo etário, por antiguidade e Habilitação Literária. Conclui-se que 65,80% dos trabalhadores se situa entre os 40 e 59 anos, 60,59% dos trabalhadores tem entre 5 a 19 anos de antiguidade e cerca de metade dos trabalhadores do Município possui o ensino Básico.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CFH', 'AF', and a signature that appears to be 'Isabel'.

Distribuição de trabalhadores segundo o sexo e grupo etário

Grupo Etário	Homens	Mulheres	Total
25-29	0	2	2
30-34	3	10	13
35-39	11	29	40
40-44	9	40	49
45-49	12	38	50
50-54	16	30	46
55-59	27	30	57
60-64	19	26	45
65-69	1	4	5
Total	98	209	307

Distribuição de trabalhadores por antiguidade

Grupo	Homens	Mulheres	Total
Até 5 anos	11	8	19
5-9	9	46	55
10-14	10	56	66
15-19	25	40	65
20-24	9	26	35
25-29	12	20	32
30-34	16	5	21
35-39	4	7	11
+40	2	1	3
Total	98	209	307

Distribuição segundo Habilitação Literária

Escolaridade	Nº Trabalhadores	Percentagem
Ensino Básico	155	50,49%
Ensino Secundário	102	33,22%
Licenciatura	47	15,31%
Mestrado	3	0,98%

No final do ano 2016 o Município tinha 9 prestadores de serviços em regime de Tarefa / Avença.

Handwritten signature in blue ink, possibly 'elf'.

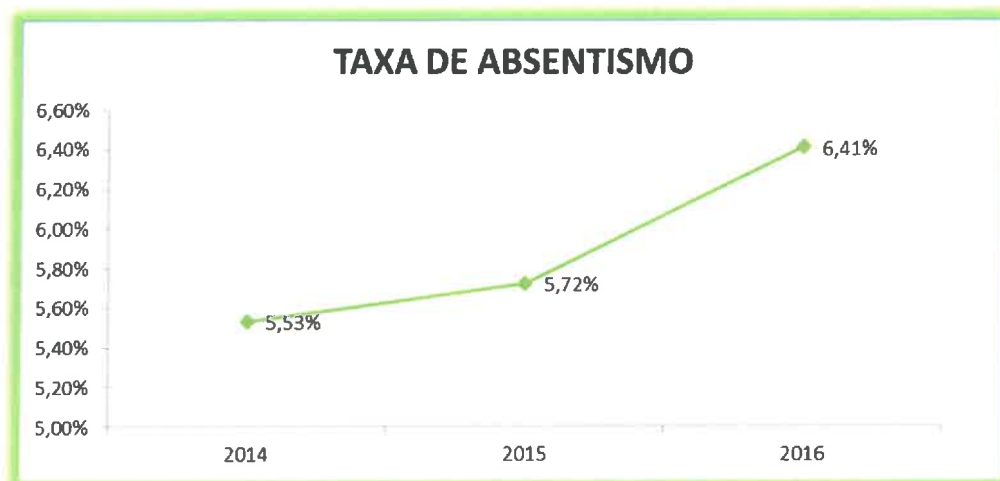


[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Relativamente aos Contratos Emprego – Inserção (antigos POC's) é de referir que o Município continuou, no ano 2016, a integrar utentes no âmbito das medidas de apoio ao Emprego, promovidas pelo IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional, destinados a beneficiários do subsidio de desemprego, tendo sido aprovadas por aquela entidade várias candidaturas e integrados 61 beneficiários.

3.2 – Evolução do Absentismo

O gráfico seguinte evidencia a evolução da taxa de absentismo no triénio 2014/2016.



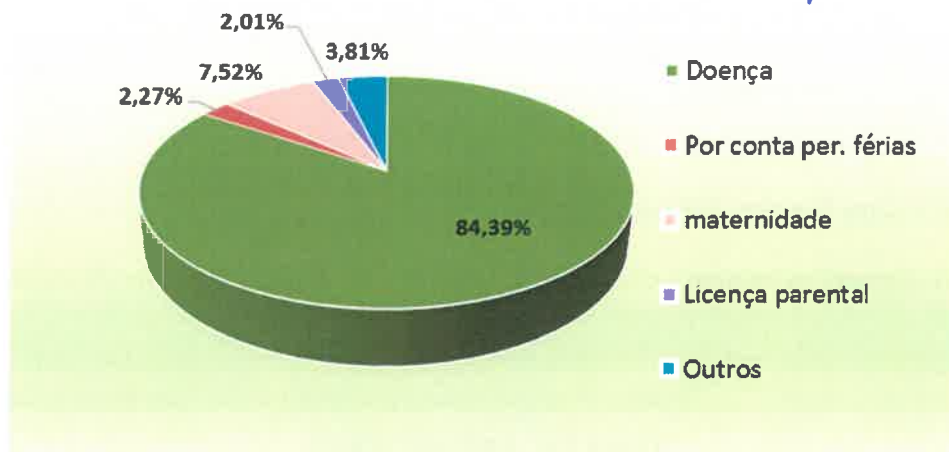
O quadro seguinte demonstra as principais causas do absentismo registadas em 2016

[Handwritten signature in blue ink]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CTH', 'AF', and other illegible marks.

Principais causas de Ausência



Da apreciação do mesmo, verifica-se que no ano 2016, à semelhança dos anos anteriores, as faltas por motivo de doença continuam a ser a razão principal da ausência ao serviço. Comparativamente ao ano 2015 as faltas por doença registaram um aumento de 23,12%.

Constata-se assim, que as ausências correspondem, em grande percentagem, a direitos com elevada proteção legal e até social, resultantes da permissiva legislação laboral em vigor.

3.3 – Despesas com o Pessoal

Handwritten signature in blue ink.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'C. H.' and another that appears to be 'A. J.'.

	2014	2015	2016
Assembleia Municipal			
Despesas com pessoal	9.541,97 €	11.575,38 €	10.214,03 €
Abonos variáveis ou eventuais	9.495,18 €	11.528,36 €	10.167,01 €
Outros suplementos e prémios	9.495,18 €	11.465,61 €	10.167,01 €
Ajudas de custo	- €	62,75 €	- €
Seguros	46,79 €	47,02 €	47,02 €
Câmara Municipal			
Despesas com pessoal	4.601.178,32 €	4.686.407,33 €	4.838.872,57 €
Remunerações certas e permanentes	3.575.487,07 €	3.612.758,80 €	3.680.561,55 €
Titulares órgãos soberania e memb. órgãos autárq.	96.050,55 €	98.284,44 €	115.580,58 €
Pessoal quadros - regime contrato individual trabalho	2.390.715,28 €	2.375.841,24 €	2.354.951,64 €
Pessoal contratado a termo	74.827,78 €	131.723,68 €	224.636,98 €
Pessoal em regime de tarefa ou avença	55.496,04 €	59.359,40 €	60.971,46 €
Pessoal aguardando aposentação	2.108,41 €	5.471,12 €	2.417,56 €
Pessoal em qualquer outra situação	98.012,04 €	74.402,53 €	42.718,99 €
Representação	29.231,54 €	29.346,12 €	36.697,11 €
Subsídio de refeição	308.610,50 €	306.773,90 €	285.076,01 €
Subsídio de férias e de Natal	465.145,27 €	473.377,25 €	494.280,03 €
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	55.289,66 €	58.179,12 €	63.231,19 €
Abonos variáveis ou eventuais	42.256,33 €	85.705,95 €	104.525,77 €
Horas extraordinárias	29.458,69 €	32.969,45 €	34.387,34 €
Ajudas de custo	339,98 €	1.403,81 €	2.609,67 €
Abono para falhas	3.605,84 €	3.112,65 €	3.078,90 €
Subsídio de turno	4.962,05 €	29.260,82 €	8.271,71 €
Indemnizações por cessação de funções	323,34 €	15.717,60 €	53.004,49 €
Outros suplementos e prémios	3.566,43 €	3.241,62 €	3.173,66 €
Segurança social	983.434,92 €	987.942,58 €	1.053.785,25 €
Encargos com a saúde	112.869,69 €	115.271,08 €	143.931,76 €
Outros encargos com a saúde	50.296,65 €	44.566,24 €	56.711,72 €
Subsídio familiar a criança e jovens	19.147,03 €	16.469,42 €	15.441,90 €
Outras prestações familiares	10.672,03 €	6.533,46 €	4.813,42 €
Contribuições para a segurança social	760.441,67 €	780.385,42 €	801.080,51 €
Caixa Geral de Aposentações	506.835,06 €	513.572,04 €	500.911,79 €
Segurança social-Regime geral	253.606,61 €	266.813,38 €	300.168,72 €
Segurança social-Regime geral (avenças)	201,25 €	490,48 €	198,00 €
Outras pensões	7.721,73 €	- €	- €
Seguros	22.084,87 €	24.226,48 €	30.357,15 €
Outras despesas de segurança social	- €	- €	1.250,79 €
Total das Despesas com o Pessoal	4.610.720,29 €	4.697.982,71 €	4.849.086,60 €

As despesas com pessoal abrangem as remunerações certas e permanentes a título de vencimentos, subsídios de refeição, de férias e de Natal, abonos variáveis ou eventuais e encargos da entidade, referente aos membros dos órgãos autárquicos, do pessoal do quadro, do pessoal contratado a termo, do pessoal em qualquer outra situação e do pessoal em regime de avença e tarefa.

Handwritten signature in blue ink.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Na rubrica segurança social, as despesas com maior relevância financeira são as contribuições do Município enquanto entidade patronal para a Caixa Geral de Aposentações, e para o Regime Geral da Segurança Social e as despesas com a ADSE (sistema de saúde dos trabalhadores em funções públicas). No que se refere a estas últimas é de referir que as autarquias locais suportam todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregado familiar indexado.

As despesas com o pessoal têm sido objeto de muita atenção por parte do Executivo Municipal. Para além do controlo e limitação legal impostos pela Administração Central neste domínio, também o Executivo Municipal se preocupa em analisar os gastos e a subscrever aumentos apenas nos casos devidamente justificados.

O quadro seguinte revela a evolução das despesas com o pessoal, em todas as rubricas, no triénio de 2014/2016.

As despesas efetivas com pessoal ascenderam em 2016 a 4.849.086,60€, verificando-se um ligeiro aumento em relação ao ano anterior de 3,22%, que corresponde a uma variação de 151.103,89€. Estas despesas representam 40,12% das despesas correntes e 26,91 % do total das despesas.

O acréscimo registado na despesa com pessoal, comparativamente ao ano anterior, não resultou do aumento de efetivos mas sim de obrigações legais. À semelhança dos últimos anos, o ano de 2016 continuou a ser marcado por alterações legislativas com repercussões em matéria de recursos humanos.

Nos termos do decreto-Lei n.º 254-A/2015, de 31 de dezembro foi atualizada o valor da retribuição mínima mensal garantida a partir de 1 de janeiro de 2016 para 530,00€, que registou um acréscimo de 4,95% comparativamente ao salário mínimo pago no ano 2015.

Durante o ano 2016 verificou-se, também, a reversão da redução remuneratória prevista na Lei n.º 75/2014, de 12 de setembro, tendo sido progressivamente eliminada, com reversões trimestrais. A partir de outubro de 2016 foi eliminada qualquer redução remuneratória às remunerações líquidas mensais de valor superior a 1.500,00€. Estas duas medidas legislativas implicaram não só aumentos na despesa com remunerações certas e permanentes de alguns trabalhadores e dos titulares dos órgãos Autárquicos, como também nos encargos associados à mesma. O maior acréscimo percentual registou-se na rubrica “Indemnizações por cessação de funções” resultado da indemnização / compensação paga pela saída de um trabalhador, decorrente da celebração de um acordo de cessão de vínculo de emprego público, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo na Administração Local aprovado pela Portaria n.º 209/2014, de 13 de outubro.

4 - Apoio Social

Os serviços de natureza social prestados pelo Município, são cada vez mais relevantes e têm tido progressivamente um peso cada vez maior no conjunto das despesas correntes.

A prestação destes serviços de apoio à educação, tem sido uma área de intervenção municipal crescente nos últimos anos. Este aumento de atividade resulta, não só da transferência de novas competências, como também da vontade do executivo em ampliar tais serviços, uma vez que os entende necessários e devidamente justificados.

[Handwritten signature in blue ink]



Importa referir que no ano 2016 a verba transferida no âmbito do Fundo Social Municipal se destinou exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelo Município no domínio da educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico (art.º 44º da Lei 7-A/2016, de 30 de março – Orçamento de Estado para 2016).

Neste sentido e no âmbito das competências do Município foram disponibilizados aos alunos, o serviço de refeições, quer no Pré – Escolar quer no 1º Ciclo do ensino básico, os prolongamentos de horário, o serviço de transportes escolares e a dinamização das actividades de enriquecimento curricular.

Com base no princípio do dever de informação estatuído no artigo 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, este município comunica à DGAL – através da aplicação SIIAL – as despesas elegíveis para atribuição e justificação deste fundo, as quais ascendem aos valores apresentados no quadro e gráfico seguintes.

Despesas e Receitas na Área Educativa

Anos	Despesa c/ Educação	Receita c/Educação	Fundo Social Municipal OE	Parte Suportada Município
ANO 2014	1.901.841 €	987.855 €	353.725 €	560.261 €
ANO 2015	1.916.383 €	824.305 €	406.861 €	685.217 €
ANO 2016	1.955.546 €	821.668 €	406.861 €	727.017 €

Fonte: FSM – DGAL- Direção Geral das Autarquias Locais

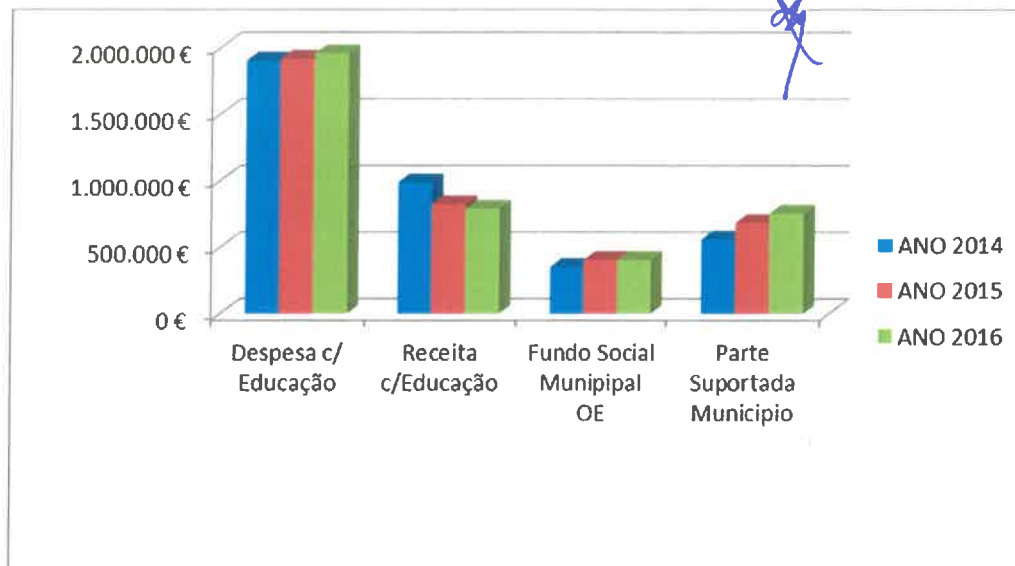
No âmbito do Fundo Social Municipal (FSM) é elegível toda a despesa corrente paga no ano económico, relativa às competências atribuídas ao Município para o Pré-escolar e 1º Ciclo do ensino básico. O valor apresentado engloba todas as despesas essenciais ao normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino e dos serviços prestados, incluindo não só as remunerações pagas ao pessoal não docente, como também os custos com as refeições escolares, transportes escolares, os custos com as actividades de enriquecimento curricular, entre outras despesas correntes associadas.

Da análise do quadro supra verifica-se que a “parte suportada pelo Município” registou um acréscimo de 6,10% relativamente ao ano 2015.

O Município, não obstante os resultados apresentados entendeu, à semelhança de anos anteriores, manter o mesmo nível de serviços a área da educação suportando o acréscimo do custo líquido daí resultante.



Handwritten signatures and initials in blue ink.



5 - Análise da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo

5.1 – Estrutura e Evolução da Dívida de Curto Prazo de Terceiros no Triénio de 2014/2016

	2014	2015	2016
Contribuintes C/C	10.973,97 €	22.210,79 €	32.077,07 €
Utentes C/C	171.671,95 €	295.840,14 €	329.551,68 €
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	85.618,58 €	49.884,38 €	56.662,80 €
Estado e outros entes públicos	181.795,47 €	195.045,28 €	224.798,15 €
Outros Devedores	4.415,21 €	233.087,04 €	265,50 €
Total	454.475,18 €	796.067,63 €	643.355,20 €

A Câmara Municipal para a satisfação das necessidades dos munícipes fornece-lhes um conjunto de bens e serviços mediante o pagamento de um determinado valor. Contudo, nem sempre esse pagamento é atempado, ou seja, o fornecimento do bem ou a prestação do serviço nem sempre é acompanhado de imediato da correspondente contrapartida monetária.

De acordo com o quadro acima apresentado, em termos contabilísticos, os valores a receber de terceiros estão repartidos entre “contribuintes c/c” e “utentes c/c”. Consideram-se como “contribuintes c/c” todos os devedores de impostos ou taxas a

Handwritten signature and initials in blue ink.



CFR
[Handwritten signatures and initials]

pagar à autarquia e “utentes c/c” todos os utilizadores de bens e serviços autárquicos, nomeadamente serviços de abastecimento de água e saneamento e serviços de apoio à educação.

O saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos” diz respeito ao valor do “Imposto Sobre o Valor Acrescentado” a recuperar e referente ao acumulado dos últimos anos.

A dívida global de terceiros de curto prazo registou um decréscimo de 19,18%, devido à redução registada na rubrica outros devedores. No ano 2015 o saldo da rubrica “Outros Devedores” incluía o valor da renda da EDP referente ao 4º trimestre, no montante de 186.363,14€, cuja receita só foi contabilizada em janeiro do ano 2016, situação que não se verificou no ano em análise.

5.2 - Estrutura e Evolução da Dívida de Curto, Médio e Longo Prazo a Terceiros no Triénio de 2014/2016

	2014	2015	2016
Dívida Financeira	3.238.729,92 €	2.559.746,78 €	2.272.703,19 €
Empréstimos M/L Prazo (2)	3.238.729,92 €	2.559.746,78 €	2.272.703,19 €
Dívida Operacional	892.929,29 €	1.103.111,74 €	1.116.793,28 €
Fornecedores Conta Corrente	147.851,67 €	279.948,98 €	200.798,29 €
Fornecedores de Imobilizado	11.375,10 €	35.235,82 €	16.367,68 €
Estado e Entes Públicos (1)	119.340,79 €	121.242,56 €	153.008,19 €
Administração Autárquica (1)	24.660,97 €	882,84 €	17.098,10 €
Outros Credores (1)	540.865,09 €	653.831,79 €	729.521,02 €
Leasing	48.835,67 €	11.969,75 €	0,00 €
Total do Passivo (3)	4.131.659,21 €	3.662.858,52 €	3.389.496,47 €

(1) No valor da dívida operacional está incluído o montante de 814.289,30€ referente a operações de tesouraria que incluem as cobranças que os serviços autárquicos realizam para terceiros e as garantias e cauções prestadas. Este valor está evidenciado no mapa de operações de tesouraria que faz parte integrante da prestação de contas.

(2) O valor da dívida de empréstimos de médio e longo prazo registada no ano 2016 inclui o montante de 284.334,04€ que serão amortizados nos próximos 12 meses, razão pela qual foram registados no balanço nas dívidas a terceiros de curto prazo.

(3) No valor total do passivo não está refletido o montante de 582.164,02 € referente às unidades de participação a subscrever para o FAM – Fundo de Apoio Municipal, dado que o referido valor não releva para o cálculo da dívida total do Município, conforme referido no ponto 7. Endividamento deste relatório.

5.2.1 - Dívida Financeira:

A dívida a terceiros de médio e longo prazo apresenta uma redução de 11,21% em relação ao ano 2015. A redução registada resulta do plano de amortização dos empréstimos contratados. Se efetuada a comparação com os períodos 2013-2015 verifica-se, no ano em análise, uma redução da dívida de médio e longo prazo inferior à registada nesses anos. No período de 2013 a 2015, por via da obrigatoriedade de amortizações extraordinárias, em cumprimento do definido nos Orçamentos de Estado

[Handwritten signature]



dos anos 2013, 2014 e 2015, a redução na dívida a terceiros de médio e longo prazo apresentava taxas superiores.

5.2.2 - Dívida Operacional:

Verificou-se um acréscimo da dívida a curto prazo de 1,24%. Os fornecedores conta corrente e de imobilizado reduziram 28,27% e 53,55% respetivamente. Contribuiu para o ligeiro aumento da dívida a terceiros de curto prazo os valores registados em operações de tesouraria que sofreram um aumento de 15,39% comparativamente ao ano 2015.

Concluimos que a Câmara Municipal de Porto de Mós tem cumprido os compromissos assumidos, verificando-se uma redução do seu passivo em cerca de 7,46% em comparação com o ano transato.

6 - Prazo Médio de Pagamentos, em Dias

O indicador do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) foi alterado, passando a ser calculado de acordo com a fórmula utilizada pela DGAL, em conformidade com o Despacho do Gabinete do Ministro das Finanças e da Administração Pública n.º 9870/2009, publicado no Diário da República, n.º 71, 2.ª série, de 13 de abril de 2009.).

$$PMP = \frac{\sum_{t-3}^t DF}{\sum_{t-3}^t A} * 365$$

Sendo,

DF – Dívida a fornecedores de Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital no trimestre.
A – Aquisição de Bens e Serviços e Aquisição de Bens de Capital no trimestre.

Deste modo, o prazo médio de pagamentos referente ao triénio 2014-2016 está evidenciado no quadro abaixo.

Capítulos	Ano 2014	Ano 2015	Ano 2016
Dívidas a fornecedores curto prazo acumuladas	1.924.613	1.052.194	1.520.501
Aquis. de Bens e Serviços e Aquis. de Bens de Capital acumuladas	14.539.105	12.482.318	16.667.906
Prazo Médio, em dias	12	8	8



7 - Endividamento Municipal

Com a entrada em vigor da Lei n.º 73/2013 de 3 de Setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a forma de cálculo do Endividamento Municipal, bem como, o limite de endividamento de cada Município, sofreram alterações. O conceito de endividamento municipal passou a designar-se dívida total de operações orçamentais.

Assim, de acordo com o disposto no n.º1 do artigo 52.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o limite da dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º da mesma Lei, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada pelo município nos três exercícios anteriores. O n.º 2 do mesmo artigo define que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º (“...incluindo aberturas de crédito junto de quaisquer instituições autorizadas por lei a conceder crédito...”), os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

Nos termos do citado artigo 54.º Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro as entidades relevantes para efeitos de limites da dívida total são:

- Os serviços municipalizados e intermunicipalizados, neste último caso, de acordo com o critério previsto no n.º 4 do artigo 16.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto;
- As entidades intermunicipais e as entidades associativas municipais, independentemente de terem sido constituídas ao abrigo de regimes legais específicos ou do direito privado, de acordo com o critério a estabelecer pelos seus órgãos deliberativos, com o acordo expresso das assembleias municipais respetivas, ou, na sua ausência, de forma proporcional à quota de cada município para as suas despesas de funcionamento;
- As empresas locais e participadas de acordo com os artigos 19.º e 51.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, exceto se se tratar de empresas abrangidas pelos setores empresarial do Estado ou regional, por força do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto, e pelas Leis n.ºs. 64-A/2008, de 31 de dezembro, e 55-A/2010, de 31 de dezembro, proporcional à participação, direta ou indireta, do município no seu capital social, **em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no artigo 40.º** daquela lei;
- As cooperativas e as fundações, proporcional à participação, direta ou indireta, do município;
- As entidades de outra natureza relativamente às quais se verifique, de acordo com o n.º 4 do artigo 75.º, o controlo ou presunção de controlo por parte do município, pelo montante total.



CF
A
F
S
P

7.1 - Limite da Dívida Total do Município de Porto de Mós

Nos termos do disposto anteriormente e de acordo com o n.º1 do artigo 52.º da Lei n.º73/2013 de 3 de Setembro, a dívida total do Município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

De referir que nos termos do n.º 5 do artigo 55.º da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março (Orçamento do Estado para o ano 2016), o montante referente à contribuição de cada município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total previsto no n.º 1 do artigo 52.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, alterada pelas Leis n.ºs 82-D/2014, de 31 de dezembro, 69/2015, de 16 de julho, e 132/2015, de 4 de setembro.

O limite da dívida total do Município para o ano 2016 é:

Receita Corrente Líquida Ano 2013	Receita Corrente Líquida Ano 2014	Receita Corrente Líquida Ano 2015	Média (2013, 2014, 2015)	Limite p/2016 1,5*média
13.914.957€	15.306.667€	15.257.550€	14.826.391€	22.239.587€

7.2 - Montante da Dívida Total

Nos termos do disposto no n.º2 do artigo 52.º da lei supra mencionada, a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais. A este montante acresce, nos termos do artigo 54.º da referida Lei, a dívida total das entidades mencionadas no quadro seguinte.

Dívida Total de Operações Orçamentais do Município	2.575.472,67€
• Dívidas a Terceiros M/L Prazo	1.988.369,15€
• Dívidas a Terceiros Curto Prazo	587.103,50€
Entidades Relevantes para efeitos do cálculo da Dívida Total	35.197,11€
ANMP- associação Nacional Municípios Portugueses	375,13€
AIRC – Associação Informática da Região Centro	5.098,03€
Mapicentro - Sociedade Abate, Com. Transf. Carnes e Subp., S.A.	245,70€
CEPAE – Centro de Património da Estremadura	0,02€
ADAE – Associação de Desenvolvimentos da Alta Estremadura	22.391,04 €
ENERDURA – Agência Regional de Energia da Alta Estremadura	300,83 €
ADSAICA – Associação Desenv. Serra D’Aire e Candeeiros	5.490,48€
CIMRL – Comunidade Intermunicipal da Região de Leiria	1.295,88€
MONTANTE DA DIVIDA TOTAL	2.610.669,78€



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CTH', 'AF', and a large signature.

O limite legal de endividamento da autarquia permitido para o ano de 2016 era de **22.239.587€**. O montante da dívida total do Município a considerar apurado em 31 de dezembro foi de 2.610.669,78€ correspondendo a cerca de 11,74% do máximo legal permitido, ficando este Município muito aquém do referido limite.

8 – Declarações nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de abril

De acordo com o estabelecido na alínea c) do n.º 2 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de abril (LCPA), alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015 de 17 de março, compete aos dirigentes das entidades remeter à Câmara Municipal e Assembleia Municipal, até 31 de janeiro de cada ano, as seguintes declarações:

- Declaração de todos os pagamentos e recebimentos em atraso existentes a 31 de Dezembro do ano anterior;
- Declaração que todos os compromissos plurianuais existentes a 31 de Dezembro do ano anterior se encontram devidamente registados na aplicação informática do POCAL.

Em cumprimento do prazo fixado foram as declarações mencionadas submetidas a conhecimento da Câmara Municipal e dos representantes da Assembleia Municipal.

Nos termos do estabelecido no n.º 3 do artigo 15.º da LCPA as referidas declarações integram o relatório de contas, pelo que se anexam ao presente relatório.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CTH' and a large signature.



9 – Execução das GOP'S e do Plano

São dois os documentos previsionais nos termos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais: as Grandes Opções do Plano (GOP's) e o Orçamento.

Portanto, para além da análise orçamental, importa também fazer uma análise à execução destes documentos previsionais.

Nas GOP's são definidas as linhas de desenvolvimento estratégico e são constituídas por dois documentos: o Plano Plurianual de Investimentos (PPI), e as Atividades Mais Relevantes (AMR's).

No PPI, que obrigatoriamente deve estar em consonância com o orçamento, são discriminados todos os projetos de investimento relativamente aos quais se prevejam pagamentos durante o ano. A execução do PPI, fornece informação sobre a execução financeira dos projetos reportada a 31 de dezembro de cada ano.

As AMR's englobam as transferências correntes e da capital concedidas, bem como outras actividades que assumem importância para a atividade municipal.

O valor final das Grandes Opções de Plano para o ano 2016, que inclui as alterações e revisões feitas, foi de 9.574.821,37 € e o valor executado de 8.747.887,60€ verificando-se um grau de execução de 91,36%. O quadro seguinte evidencia a execução total das Grandes Opções de Plano para o ano 2016 por objetivos.

O Quadro abaixo evidencia o total executado nas Grandes Opções do Plano que representou 48,54 % do total das despesas, assim distribuído:

- ✓ Execução do Plano Plurianual de Investimentos: 5.105.685,73 €;
- ✓ Execução da Atividades Mais Relevantes: 3.642.201,87 €.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CFM' and 'AF'.

	PPI	AMR	Total GOP'S	%
Funções Gerais	562.750,23 €	280.831,29 €	843.581,52 €	9,64%
Administração Geral	287.454,79 €	91.233,12 €	378.687,91 €	4,33%
Segurança e Ordem Públicas	274.650,92 €	- €	274.650,92 €	3,14%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	644,52 €	189.598,17 €	190.242,69 €	2,17%
Funções Sociais	3.727.225,54 €	2.732.678,37 €	6.459.903,91 €	73,85%
Educação Jardins Infância	14.970,32 €	- €	14.970,32 €	0,17%
Ensino Básico	1.584.509,57 €	608,81 €	1.585.118,38 €	18,12%
Serviços Auxiliares de Ensino	- €	763.995,17 €	763.995,17 €	8,73%
Saúde	- €	2.700,00 €	2.700,00 €	0,03%
Acção Social	- €	91.278,48 €	91.278,48 €	1,04%
Ordenamento do Território	620.118,13 €	- €	620.118,13 €	7,09%
Saneamento	266.657,61 €	676.503,83 €	943.161,44 €	10,78%
Abastecimento de Água	692.557,63 €	297,81 €	692.855,44 €	7,92%
Resíduos Sólidos	7.238,55 €	907.060,22 €	914.298,77 €	10,45%
Prot. meio Ambiente e Conservação Natureza	13.079,72 €	- €	13.079,72 €	0,15%
Cultura	422.158,81 €	141.420,59 €	563.579,40 €	6,44%
Desporto, Recreio e Lazer	105.935,20 €	112.313,46 €	218.248,66 €	2,49%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	- €	36.500,00 €	36.500,00 €	0,42%
Funções Economicas	815.709,96 €	116.433,00 €	932.142,96 €	10,66%
Indústria e Energia	32.270,61 €	- €	32.270,61 €	0,37%
Transportes e Comunicações	622.779,07 €	- €	622.779,07 €	7,12%
Mercados e Feiras	149.971,58 €	- €	149.971,58 €	1,71%
Turismo	10.688,70 €	- €	10.688,70 €	0,12%
Investimentos Financeiros	- €	116.433,00 €	116.433,00 €	1,33%
Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento	- €	- €	- €	0,00%
Outras Funções	- €	512.259,21 €	512.259,21 €	5,86%
Transferências entre Administrações	- €	512.259,21 €	512.259,21 €	5,86%
Total	5.105.685,73 €	3.642.201,87 €	8.747.887,60 €	100,00%

9.1 - Grau de Execução das Atividades Mais Relevantes

As Atividades Mais Relevantes (AMR's) no Município englobam ações que, pela sua dimensão, materialidade e finalidade, devem ter referência especial no âmbito das despesas correntes.

O montante previsto para a execução das atividades mais relevantes no exercício de 2016 foi de 3.856.262,38 € e o montante global executado de 3.642.201,87 €, o que representa 41,64% do total das Grandes Opções do Plano e 20,21% do total das despesas realizadas

As Atividades Mais Relevantes registaram um grau de execução de 94,45%.

Este elevado grau de execução fica a dever-se, nomeadamente, às “transferências

Handwritten signature and initials in blue ink.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'GF', 'A', and 'A/T'.

entre administrações”, aos “apoios a diversas entidades” e a contratos relacionados com a “recolha e tratamento de resíduos sólidos”.

Destacam-se também os gastos com os serviços auxiliares de ensino, que incluem o apoio social às famílias, através do fornecimento de refeições aos alunos do Pré-escolar e do 1º Ciclo do Ensino Básico, das atividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo do Ensino Básico, bem como os encargos com os transportes escolares.

Execução do AMR's

	Montante Previsto		Montante Executado	
	Valor		Valor	%
Funções Gerais	294.500,00 €		280.831,29 €	95,36%
Administração Geral	95.500,00 €		91.233,12 €	95,53%
Segurança e Ordem Públicas	- €		- €	0,00%
Protecção Civil e Luta Contra Incêndios	199.000,00 €		189.598,17 €	95,28%
Funções Sociais	2.918.349,38 €		2.732.678,37 €	93,64%
Ensino Básico	13.000,00 €		608,81 €	4,68%
Serviços Auxiliares de Ensino	850.388,25 €		763.995,17 €	89,84%
Saúde	2.700,00 €		2.700,00 €	100,00%
Ação Social	103.200,00 €		91.278,48 €	88,45%
Ordenamento do Território	2.500,00 €		- €	0,00%
Saneamento	694.700,00 €		676.503,83 €	97,38%
Abastecimento de Água	311,13 €		297,81 €	95,72%
Resíduos Sólidos	935.000,00 €		907.060,22 €	97,01%
Cultura	156.500,00 €		141.420,59 €	90,36%
Desporto, Recreio e Lazer	122.550,00 €		112.313,46 €	91,65%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	37.500,00 €		36.500,00 €	97,33%
Funções Economicas	116.683,00 €		116.433,00 €	99,79%
Investimentos Financeiros	116.683,00 €		116.433,00 €	99,79%
Outras Funções	526.730,00 €		512.259,21 €	97,25%
Transferências entre Administrações	526.730,00 €		512.259,21 €	97,25%
Total	3.856.262,38 €		3.642.201,87 €	94,45%

Handwritten signature in blue ink.



CF-
[Handwritten signatures and initials]

9.2 - Grau de Execução do Plano Plurianual de Investimentos (PPI)

O valor final do Plano Plurianual de Investimentos para o ano 2016 totalizou o valor de 5.105.685,73 €, o que representa 58,36% do total das Grandes Opções do Plano e 28,33% do total das despesas realizadas. O investimento inicial previsto no PPI era de 5.718.558,99€ pelo que se verificou um grau de execução de 89,28%.

Execução do PPI

	Montante Previsto	Montante Executado	
	Valor	Valor	%
Funções Gerais	595.520,00 €	562.750,23 €	94,50%
Administração Geral	314.920,00 €	287.454,79 €	91,28%
Segurança e Ordem Públicas	275.600,00 €	274.650,92 €	99,66%
Educação Jardins Infância	5.000,00 €	644,52 €	12,89%
Funções Sociais	4.139.202,79 €	3.727.225,54 €	90,05%
Ensino Pré-Escolar	21.500,00 €	14.970,32 €	69,63%
Ensino Básico	1.804.655,00 €	1.584.509,57 €	87,80%
Ação Social	500,00 €	- €	0,00%
Ordenamento do Território	675.903,80 €	620.118,13 €	91,75%
Saneamento	278.100,00 €	266.657,61 €	95,89%
Abastecimento de Água	720.303,99 €	692.557,63 €	96,15%
Resíduos Sólidos	14.000,00 €	7.238,55 €	51,70%
Proteção meio Ambiente e Conservação Natureza	24.250,00 €	13.079,72 €	53,94%
Cultura	484.500,00 €	422.158,81 €	87,13%
Desporto, Recreio e Lazer	115.490,00 €	105.935,20 €	91,73%
Outras Atividades Cívicas e Religiosas	0,00 €	- €	0,00%
Funções Economicas	983.836,20 €	815.709,96 €	82,91%
Indústria e Energia	44.100,00 €	32.270,61 €	73,18%
Transportes e Comunicações	776.736,20 €	622.779,07 €	80,18%
Mercados e Feiras	150.500,00 €	149.971,58 €	99,65%
Turismo	12.500,00 €	10.688,70 €	85,51%
Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento	0,00 €	- €	0,00%
Total	5.718.558,99 €	5.105.685,73 €	89,28%

[Handwritten signature]



10 – Análise da Situação Económica e Financeira

Tendo por base o Balanço e a Demonstração de Resultados, apresenta-se no presente ponto uma análise sucinta da situação patrimonial e financeira do Município de Porto de Mós no final do exercício de 2016.

10.1 - Balanço e Demonstração de Resultados

10.1.1 - Balanço

Um dos documentos mais importantes na análise financeira de uma entidade é o Balanço. Este documento reflete a posição financeira e patrimonial à data de 31 dezembro de 2016 comparando-se, ainda, com a registada contabilisticamente nos dois períodos homólogos de 2015 e 2014.

Balanço	2014	2015	2016
Ativo	60.281.814,93 €	61.333.055,20 €	65.047.331,76 €
Ativo Fixo	51.424.132,63 €	52.057.824,77 €	55.431.221,05 €
• Imobilizado	51.424.132,63 €	52.057.824,77 €	55.431.221,05 €
Ativo Circulante	4.897.821,52 €	5.378.672,36 €	5.723.167,00 €
• Existências	1.684.794,20 €	1.660.415,72 €	1.451.771,54 €
• Dívidas de Terceiros	368.856,60 €	746.183,25 €	586.692,40 €
• Disponibilidades	2.844.170,72 €	2.972.073,39 €	3.684.703,06 €
Acréscimos e Diferimentos	3.959.860,78 €	3.896.558,07 €	3.892.943,71 €
Fundos Próprios	42.752.757,82 €	44.885.934,64 €	48.325.617,19 €
• Património	17.631.568,72 €	17.634.090,22 €	19.543.856,06 €
• Reservas	904.616,74 €	1.011.791,56 €	1.113.015,87 €
• Resultados Transitados	22.124.975,91 €	24.215.566,61 €	26.230.158,07 €
• Resultados Líquidos	2.091.596,45 €	2.024.486,25 €	1.438.587,19 €
Passivo	17.529.057,11 €	16.447.120,56 €	16.721.714,57 €
Passivo Exigível	4.946.689,23 €	4.361.455,54 €	3.971.925,99 €
• Dív. a Terceiros M/LP Dívidas a Instit. Financeiras	3.238.729,92 €	2.559.746,78 €	1.988.369,15 €
• Unid. Participação - FAM	815.030,02 €	698.597,02 €	582.164,02 €
• Dívidas a Terceiros – curto prazo (*)	892.929,29 €	1.103.111,74 €	1.401.392,82 €
Passivo Não Exigível	12.582.367,88 €	12.085.665,02 €	12.749.788,58 €
• Acréscimos e Diferimentos	12.582.367,88 €	12.085.665,02 €	12.749.788,58 €

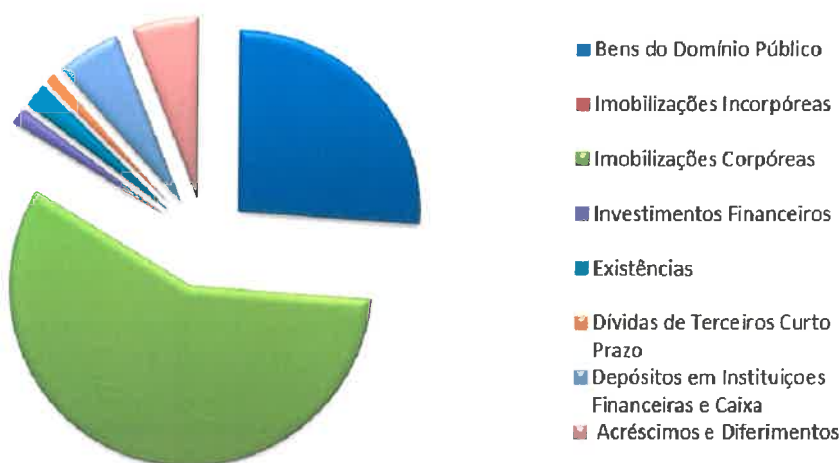
(*) O valor das dívidas a terceiros de curto prazo inclui o montante de 284.334,04€, referente à dívida de empréstimos de médio e longo prazo, que serão amortizado nos próximos 12 meses.



10.1.1.1 - Estrutura do Ativo

O ativo reflete os bens e direitos do Município e engloba também os acréscimos e os diferimentos.

O gráfico a seguir evidencia as parcelas que compõem o ativo a 31/12/2016.



O total do Ativo Líquido atingiu em 2016 o montante de **65.047.331,76€** traduzindo um acréscimo de 6,06% face ao ano transato, impulsionado pelo aumento do Ativo Fixo e Circulante registado a 31.12.2016.

O Ativo Fixo, composto pelos bens de domínio público, imobilizações incorpóreas, imobilizações corpóreas e participações de outras entidades, representa cerca de 85% da totalidade do ativo.

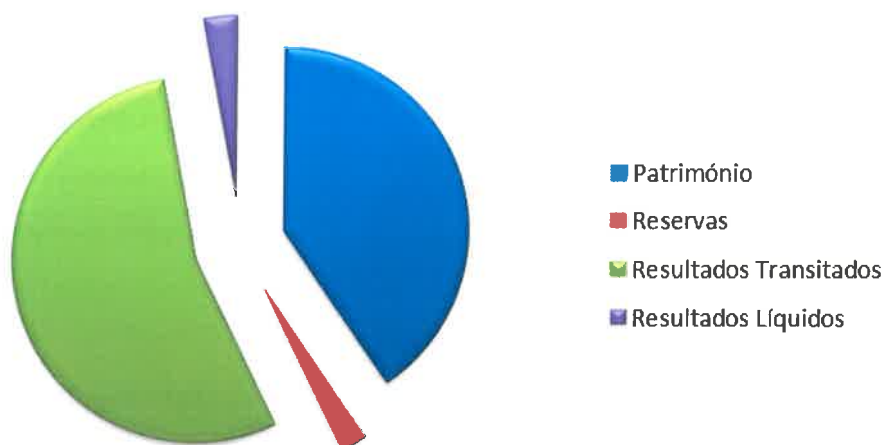
O Ativo Circulante, composto pelas existências, disponibilidades e dívidas de terceiros a curto prazo, representam cerca de 8,80% do Ativo Total. As disponibilidades que traduzem cerca de 64% do Ativo Circulante tiveram um aumento de 23,98%. Já as existências e as dívidas de terceiros a curto prazo registaram um decréscimo de 12,57% e 21,37% respetivamente.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

10.1.1.2 - Estrutura dos Fundos Próprios e Passivo

O gráfico a seguir evidencia as parcelas que compõem os Fundos Próprios a 31-12-2016.



Os Fundos Próprios tiveram uma evolução positiva e fixaram-se em **48.325.617,19€** traduzindo uma subida de 7,66% em relação ao ano 2015, justificado pelo aumento do Património, Resultados Transitados e Reservas.

O passivo exigível do Município é, principalmente, proveniente do empréstimos de médio e longo prazo, não fazendo, deste modo pressão imediata sobre a tesouraria. Para além disso, assume também um peso reduzido quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

A expressiva rubrica de acréscimos de diferimentos contempla o montante de 12.086.414,68€ de proveitos diferidos, que dizem respeito ao diferimento dos apoios financeiros provenientes de fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado.

10.1.2 - Demonstração de Resultados

Da análise da Demonstração de Resultados consegue-se perceber como o resultado do exercício do ano 2016 foi gerado, tendo em conta os custos e perdas e os proveitos e ganhos, operacionais, financeiros e extraordinários.

[Handwritten signature in blue ink]



Euro

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas	+	(*) 985.728,78 €	1.103.844,65 €
Prestações de serviços	+	1.284.114,50 €	1.338.015,60 €
Impostos e taxas	+	4.442.248,48 €	4.264.933,10 €
Transferências e subsídios obtidos	+	8.482.038,14 €	8.209.843,88 €
Outros proveitos e ganhos operacionais	+	1.321.851,50 €	1.177.097,21 €
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	-	-739.705,48 €	-529.106,22 €
Fornecimentos e serviços externos	-	-5.327.617,18 €	-5.224.856,33 €
Gastos com o pessoal	-	-4.903.109,97 €	-4.694.084,24 €
Transf. e Subsídios Correntes Concedidos e Prestações Sociais	-	-777.515,85 €	-738.033,57 €
Provisões do Exercício	-	-13.836,94 €	-16.374,44 €
Outros gastos e perdas operacionais	-	-113.700,82 €	-49.128,72 €
Resultado antes de amortizações, rubricas extraordinárias e financeiras	=	4.640.495,16 €	4.842.150,92 €
Amortizações	-	-3.667.503,35 €	-3.345.446,99 €
Resultados operacionais	=	972.991,81 €	1.496.703,93 €
Proveitos e ganhos extraordinários	+	906.131,54 €	1.053.931,55 €
Custos e perdas extraordinárias	-	-608.452,95 €	-557.260,28 €
Resultado após rubricas extraordinárias	=	1.270.670,40 €	1.993.375,20 €
Proveitos e ganhos financeiros	+	178.637,29 €	53.195,52 €
Custos e perdas financeiras	-	-10.720,50 €	-22.084,47 €
Resultado líquido do período	=	1.438.587,19 €	2.024.486,25 €

O quadro seguinte evidencia o comportamento dos resultados nos últimos três anos.

Resumo da Demonstração de Resultados		2014	2015	2016
Resultados Operacionais:	(A)	1.152.130,47 €	1.496.703,93 €	972.991,81 €
Resultados Financeiros:	(B)	-72.936,56 €	31.111,05 €	167.916,79 €
Resultados Correntes:	(A)+(B)	1.079.193,91 €	1.527.814,98 €	1.140.908,60 €
Resultados Extraordinários:	(C)	1.012.402,54 €	496.671,27 €	297.678,59 €
Resultado Líq. de Exercício: (A)+(B)+(C)		2.091.596,45 €	2.024.486,25 €	1.438.587,19 €



Handwritten signatures and initials in blue ink.

O gráfico seguinte demonstra a evolução nos resultados entre o ano 2015 e 2016.

Evolução dos Resultados



10.2 - Indicadores de Estrutura e Gestão Patrimonial

A análise dos indicadores de gestão patrimonial têm como objetivo ajudar a perceber as linhas gerais de orientação utilizadas na condução dos destinos da Autarquia e os seus efeitos ao nível, nomeadamente, dos investimento e dos financiamentos. São ainda um bom instrumento para medir a liquidez, o endividamento e a capacidade da Autarquia para solver os seus compromissos.

10.2.1 – Rácios de Liquidez

Rácios		2014	2015	2016
Liquidez Geral	<u>Ativo Circulante</u>			
	Passivo a Curto Prazo	548,51%	487,59%	377,06%
Liquidez Reduzida	<u>(Ativo Circulante-Existencias)</u>			
	Passivo a Curto Prazo	359,83%	337,07%	281,42%
Liquidez Imediata	<u>Disponibilidades</u>			
	Passivo a Curto Prazo	318,52%	269,43%	242,76%

Handwritten signature in blue ink.



Liquidez Geral

Este indicador relaciona agregados do ativo, que são facilmente “transformáveis em dinheiro”, com agregados do passivo circulante a curto prazo, ou seja, avalia as menores ou maiores dificuldades de tesouraria.

Este rácio teve uma ligeira redução, continuando a demonstrar que o município “vendendo” este tipo de ativos, os mesmos seriam mais que suficientes para fazer face aos compromissos assumidos a curto prazo.

Liquidez Reduzida

Este indicador interpreta-se da mesma forma do anterior, embora a rapidez de satisfação da dívida seja agora analisada de maneira mais restrita, isto é, não tendo em consideração o montante das existências.

Liquidez Imediata

É o indicador que mede o grau de cobertura dos créditos a curto prazo por disponibilidades de tesouraria. Ao analisar este rácio conclui-se que se o município pretendesse em 31.12.2016 pagar, a dinheiro, a sua dívida de curto prazo, podia fazê-lo na sua totalidade, ficando ainda com valor nas disponibilidades, significando que não existem problemas de tesouraria.

10.2.2 – Rácios de Alavanca Financeira

Rácios		2014	2015	2016
Endividamento	$\frac{\text{Dividas a terceiros CMLP}}{\text{Ativo Líquido a)}$	11,65%	9,96%	8,27%
Estrutura do Endividamento	$\frac{\text{Dividas a terceiros CP}}{\text{Ativo Líquido a)}$	2,10%	2,52%	2,92%
Grau de dependência dos empréstimos	$\frac{\text{Empréstimos CMLP}}{\text{Ativo Líquido a)}$	7,63%	5,85%	4,73%

a) Ao ativo líquido subtraiu-se o valor líquido dos bens de domínio público, pelo facto destes serem inalienáveis

Endividamento

Este rácio de alavanca financeira, é um indicador do risco financeiro inerente ao endividamento. Indica que a autarquia financia através de fundos alheios 8,27% dos seus investimentos. Como se pode verificar este rácio tem tido uma tendência decrescente, traduzindo uma redução de risco financeiro.

Estrutura do endividamento

O peso da dívida de curto prazo a terceiros é de 2,92% do ativo líquido, ou seja, o Município financia a sua atividade com 2,92% de capitais alheios de curto prazo. Verifica-se assim que as dívidas de terceiros de curto prazo tem peso reduzido no Ativo Líquido.



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ST7' and 'AF'.

Grau de Dependência dos Empréstimos

Este indicador permite medir o grau de dependência do ativo líquido relativamente a empréstimos contraídos pela autarquia. Ao verificar o valor deste rácio, conclui-se que a autarquia financia o seu investimento no ativo com 4,73% de capital alheio de médio e longo prazo.

10.2.3 – Rácios de Solvabilidade e Autonomia

Rácios		2014	2015	2016
Autonomia Financeira	<u>Fundos Próprios</u>	70,92%	73,18%	74,29%
	<u>Ativo Líquido</u>			
Solvabilidade	<u>Fundos Próprios</u>	243,90%	272,91%	289,00%
	<u>Passivo Total</u>			

O índice de autonomia financeira traduz a capacidade do Município em financiar o seu ativo com capitais próprios, sem ter de recorrer a empréstimos de médio e longo prazo. Como se pode verificar, os Fundos Próprios deste Município cobrem 74,29% do total do ativo líquido, evidenciando uma situação bastante confortável.

Quanto à solvabilidade do Município, a situação é excelente por revelar um acentuado e constante crescimento ao longo do triénio analisado, atingindo em 31.12.2016 um valor que vai muito além da cobertura total do passivo por fundos próprios.

Da análise dos rácios supra conclui-se que o Município tem ativos líquidos suficientes para fazer face às responsabilidades de curto prazo.

10.3 - Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados

As notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados seguem a numeração sequencial definida no ponto 8.2 do Decreto-Lei n.º 54-A/99 (POCAL). As notas cuja numeração não é referida não são aplicáveis ou a sua representação não é relevante para a leitura das demonstrações do exercício em análise.

10.3.1 - Notas de acordo com o Ponto 8.2 do POCAL

Ponto 8.2.2

A comparabilidade das contas do balanço e da demonstração de resultados aplica-se à generalidade das rubricas que constituem as demonstrações financeiras, com exceção das seguintes contas e de acordo com as notas explicativas emitidas pelo SATAPOCAL :

- **Conta 2312 – Dívidas a Instituições de Crédito**

O saldo da conta 2312 – “Dívidas a instituições de crédito”, no montante de 284.334,04 € inscrito nas “Dívidas a terceiros - curto prazo”, diz respeito à

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'CFM', 'AF', and a large signature.

exigibilidade no curto prazo dos empréstimos de médio e longo prazo. O ano em análise foi o primeiro ano em que se efetuou este reconhecimento.

Assim, o montante inscrito na rubrica do balanço “Dividas a terceiros Médio e longo Prazos – Dividas a instituições financeiras” de 1.988.3669,15€ não pode ser comparado com o do ano anterior, uma vez que a este valor foi deduzido o montante da dívida de empréstimos a amortizar nos próximos 12 meses.

- **Conta 26812 – Outros Credores – Unidades de Participação FAM**

O saldo da conta 26812 - “Outros Credores – Unidades de Participação FAM” no montante de 116.433,00€ inscrito na “dívida a terceiros de curto prazo” diz respeito ao registo da contribuição do FAM que será suportada no curto prazo, ou seja, exigível até um ano. Deste modo, o montante inscrito nesta rubrica do balanço nas dividas a terceiros a medio e longo prazo não pode ser comparado com o do ano anterior.

Ponto 8.2.3 Critérios Valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os que se encontram definidos no POCAL.

Assim:

a) Imobilizações Corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou no caso deste ser desconhecido são valorizadas de acordo com o valor patrimonial atribuído.

No ano 2016 também se procedeu à regularização de bens, cujo registo se encontra omissso, de acordo com a deliberação do órgão Executivo de 27-12-2016.

As despesas de reparação ou manutenção do imobilizado sem grande relevo são consideradas como gasto do ano em que ocorrem.

b) Imobilizações Incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição.

c) Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros são registados ao custo de aquisição.

d) Imobilizações em curso

O imobilizado em curso está valorizado de acordo com o grau de execução financeira das obras e trabalhos específicos.

e) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição. O método de custeio das saídas de armazém utilizado é o do custo médio ponderado.

Handwritten signature in blue ink.



Handwritten initials and signatures in blue ink, including 'CF', 'AF', and a signature that appears to be 'Ferreira'.

f) Amortizações

As amortizações do ativo imobilizado foi realizada de acordo com as taxas de amortizações estabelecidas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril de 2000 - CIBE (Cadastro e Inventário dos Bens do Estado), pelo método das quotas constantes.

As amortizações do imobilizado incorpóreo registado na conta 432 “Despesas de investigação e de desenvolvimento” são realizadas pelo período de três anos, conforme critério valorimétrico estabelecido no ponto 4.1.8 do POCAL.

g) Provisões

• **Provisões para Cobrança Duvidosa**

As provisões para cobrança duvidosa, foram constituídas de acordo com os critérios definidos pelo POCAL.

Optou-se por criar provisões por cobrança duvidosa de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade está devidamente justificado. O montante da provisão é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

• **Provisões para investimentos financeiros**

O montante destas provisões regista a diferença entre o custo de aquisição das participações financeiras do município e o correspondente valor nos capitais próprios das entidades participadas.

O mapa apresentado no ponto 8.2.27 traduz os movimentos ocorridos na conta de provisões no ano 2016.

• **Provisões para riscos e encargos**

Este Município não constituiu provisões para riscos e encargos dado que não é expectável que venha a pagar qualquer indemnização decorrente de processos judiciais em curso.

h) Vendas e Prestações de Serviços

Os valores incluídos nas rubricas vendas e prestação de serviços resultam da aplicação das tarifas e taxas contempladas no regulamento e tabela de taxas e outras receitas do Município de Porto de Mós e Regulamento do Tarifário da Prestação dos Serviços de Abastecimento de Águas, de Tratamento de Águas Residuais e de Recolha de Resíduos Sólidos do Município de Porto de Mós, aprovados em Assembleia Municipal.

Handwritten signature in blue ink.



i) Fornecimento e Serviços Externos

Os custos incluídos nesta rubrica foram registados ao custo de aquisição resultantes de prévia adjudicação.

j) Acréscimos e diferimentos

Os proveitos e os custos foram reconhecidos em obediência ao princípio da especialização de exercícios ou regime do acréscimo.

Os quadros seguintes demonstram os acréscimos e diferimentos reconhecidos no exercício de 2016.

• **Acréscimo de Proveitos**

Un.: Euros

Conta	Designação	Valor
2711	Juros a Receber	4.737,35
2719	Outros Acréscimos de Proveitos	3.788.029,45
	IMI	2.593.807,00
	IMT	57.426,56
	IUC	44.378,90
	Derrama	363.145,00
	IRS	593.515,00
	Parque Eólico Chão de Falcão	31.066,10
	Microgeração Energia Elétrica	644,02
	Inst. F.Agricultura e Pescas - (Fruta Escolar)	2.134,56
	Taxa Municipal Direitos de Passagem	13,13
	Receita extraordinária de IMI e IMT	97.056,38
	Parques de Estacionamento	315,22
	Instituto de Emprego e Formação Profissional	4.527,58
	Total	3.792.766,80



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

• Custos Diferidos e Acréscimo de Custos

Uni.: Euros

Conta	Designação	Valor
272	Custos Diferidos	45.303,14
2721	Seguro	29.453,50
2722	Assistência Técnica	14.003,07
2729	Outros Custos Diferidos	1.846,57
273	Acréscimo de Custos	651.133,73
2732	Remunerações a Liquidar (subsídio de férias)	560.265,18
2733	Juros a Liquidar	1.311,58
2739	Outros Acréscimos Custos	89.556,97
Total		696.436,87

• Proveitos Diferidos

Uni.: Euros

Conta	Designação	Valor
274	Proveitos Diferidos	
2745	Subsídios para Investimento	12.086.414,86
2749	Outros Proveitos Diferidos	12.240,17
Total		12.098.654,85

O valor inscrito na conta subsídios para investimento diz respeito ao financiamento do Imobilizado Corpóreo por fundos comunitários. Os subsídios recebidos para financiamento de aquisições de Imobilizações Corpóreas são registados no Balanço, no passivo, como proveitos diferidos na rubrica acréscimos e deferimentos e reconhecidos anualmente como proveitos extraordinários, (conta 7983 – Transferências de Capital evidenciados na Demonstração de Resultados Extraordinários), proporcionalmente às amortizações das imobilizações corpóreas subsidiadas.

PROVEITOS DIFERIDOS – SUBSÍDIOS PARA INVESTIMENTO

[Handwritten signature in blue ink]



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CFM' and 'AT'.

Designação	Valor
Remodelacao iluminacao publica em várias zonas do concelho	17.662,90 €
Reservatório nas Fontainhas e Pedreiras	7.802,79 €
Estrada Nacional 242-2	97.859,73 €
Espaço verde integrado Norte da Igreja de São Pedro / Praça da Republica	9.879,90 €
Rede Viária - Pavimentação de arruamentos em Alcaria e Alvados (calçada)	3.842,96 €
Recuperação do percurso e Estações da via sacra	25.181,87 €
Pavimentação da Rua Conceição Abreu	1.568,88 €
Arranjos Exteriores do Castelo - Junto ao Cemitério	10.200,37 €
Requalificação Praça da Republica	48.264,47 €
Requalificação Rua 5 de Outubro e Av.da Liberdade	17.133,63 €
Requalificação Ed.Paços concelho	207.974,83 €
Arrelvamento do campo sintético de Porto de Mós	88.579,01 €
Construção Extensão de saúde do Juncal	65.936,73 €
Área Ludico Desportiva Alqueidão da Serra	20.557,21 €
Practica de Desportos ao ar Livre - Alvados	32.054,32 €
Grande Reparação varios caminhos - C.m. 1352; C.m.1351;C.m. 1269 e E.N. 362	101.791,56 €
Rede Viária - Estrada de acesso à Helipista ou Heliporto de Alcaria - Chão Zinho/Helipista	30.003,48 €
Estrada entre Mendiga e Cabeça das Pombas	69.824,89 €
Caminho Rural Adam/Montes - Estrada da Chameca	60.989,46 €
Construção do Parque Industrial P.M. 1ª, 2ª e 3ª fase	68.294,31 €
Arranjo Urbanístico do Rossio	39.928,49 €
Rede de Abastecimento de Água a S. Bento	221.576,56 €
Ampliação da rede de saneamento de porto de mos - rio alcaide, ribeira de cima e outros lugares	24.630,08 €
Ampliação da Pré escola de S.Bento	19.716,72 €
Construção da Pré escola de Alqueidão da Serra	89.665,36 €
Construção da zona desp. - Complexo Piscinas Municipais	1.533.051,79 €
Abertura do Arruamento VDGI	102.614,56 €
Arranjo envolvente polidesportivo do Alqueidão da Serra	49.046,79 €
RAR Tojal de Baixo/Tojal de Cima/Bom Sucesso	44.580,20 €
RAR Ribeira de Baixo/Fonte do Oleiro/Mendigos	45.519,23 €
Construção Parque Industrial de Mira De Aire - 1ª fase	471.556,11 €
Ampliação do Jardim Infancia Casais Garridos e Corredoura	165.442,13 €
Beneficiação da EN 362	121.427,10 €
Construção do Polidesportivo do Juncal	453.219,98 €
Embelezamento do Rio Lena - Est. dos muros e taludes	35.115,90 €
Praça Armenio Marques	5.035,27 €
Ampliação da Escola Básica de São Jorge+ Arranjos Exteriores + Equipamentos	137.379,25 €
Construção da Casa da Cultura de Mira de Aire	1.370.291,84 €
Construção da Extensão de Saúde do Juncal + Equipamentos	150.885,54 €
Construção do Polo Educativo de São Bento- Edifício	164.602,54 €
Parque da Vila de Porto de Mós(Jardim e Edifícios)	1.239.651,97 €
Requalificação da Rua 5 de Outubro e Mestre de Avis	89.685,00 €
Construção da Ecopista - Reconversão da linha ferrea	266.869,68 €
Espaço Jovem - Requalif.antigas piscinas	211.641,00 €
Requal. Av. Da Liberdade / Rua Adriano Carvalho e Av. Santo António/ Av. Francisco Sá Cameiro	457.381,35 €
Requalificação da Frente Ribeirinha	132.769,31 €
Requalificação Alameda Dom afonso Henriques	79.249,29 €
Construção do Polo Escolar de Pedreiras (Edifício e Equipamentos)	964.018,05 €
SAMA Compete - Apoio Modernização administrativa	33.229,80 €
Aquisição de sinalética - RUCCI	24.882,90 €
Construção Polo Escolar de Porto de Mós	1.181.638,60 €
Elaboração do Plano Salvaguarda de São jorge	30.250,00 €
Saneamento de Mira de Aire 1ª fase	779.958,53 €
Abastecimento de água ao livramento	74.015,03 €
Ampliação da Rede de Águas a São Bento/Penedos Belos	70.733,24 €
Remodelação da Conduta do Tojal	117.401,97 €
Obras da Helipista de Alcaria / Centro Municipal de Proteção Civil (Edifício e Equipamentos)	102.350,23 €

Handwritten signature and initials in blue ink, including 'AT' and a large stylized signature.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Ponto 8.2.6

Na conta 432” Despesas de investigação e de desenvolvimento” está registado a revisão do Plano Diretor Municipal, pelo montante de 130.254,33€.

Ponto 8.2.7 (ver mapas em anexo – Mapas do “Ativo Bruto” e “Amortizações e Provisões”)

Ponto 8.2.8

Os Bens do Ativo Imobilizado agrupados por grupos homogéneos, bem como o mapa de Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e de Viaturas, desagregado elemento a elemento, estão refletidos nos mapas em anexo.

Abates e Transferências de Bens do Ativo Imobilizado

Durante o ano 2016 foram feitas transferências de bens do ativo imobilizado entre secções/serviços e abates de alguns bens pertencentes ao Município.

Bens Adquiridos em Estado de Uso

No ano 2016 foram adquiridos, em estado de uso, bens móveis no montante de 4.010,00€.

Ponto 8.2.12 Imobilizações em poder de terceiros e implantadas em propriedade Alheia

[Handwritten signature in blue ink]



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'AF' and another that looks like 'AF' with a flourish.

Imobilizações em poder de terceiros:

Entidades Pagadoras	Nº Contribuinte	Rendimentos de Propriedade do Município Ano 2016 (Valor Pago)			
		Terrenos	Edifícios	Habitacões	Outros
Vodafone Portugal Comunicações Pessoais Sa	502544180	5.088,24			
Nos Towering - Gestão de Torres de Tel. Sa	505664798	3.132,00			
Meo - Serviços de Comunicação e Multimédia, Sa	504615947	2.847,24			
PECF- Parque Eólico de Chão de Falcão, Lda	505910411				208.835,16
EDP - Distribuição de Energia, Sa	504394029				934.547,50
Clube de Caça e Pesca Vale do Lena	507410165		300,48		
Clube de Caça e Pesca das Freguesias de Alpedriz	505076837		350,40		
Sousa Carreira e Vala Lda(Esplanada Jardim)	502086815		6.460,42		
Habitacão Social				150,24	
Bencaça - Clube de Caça de S. Bento	502881860		350,40		
Ana Margarida Lucas de Vasconcelos Sanches	205024386		1.826,55		
Camélia Isadora Pereira Vicente	238326616		2.661,12		
Sendiga - Clube de Caçadores das Freguesias Serro Ventoso e Mendiga	504881450		362,76		
Diana Margarida da Silva Alves (cafetaria Parque da Vila Porto de Mós)	236085743		5.419,74		
Associação Comercial de Leiria, Batalha e Porto de Mós	503025720		300,00		
Associação de Artesãos Serra Aire Candeeiros	500849579		3.000,00		
Associação Desportiva Portomosense	501654860		68,75		
Total		11.067,48	21.100,62	150,24	1.143.382,66

Handwritten signature in blue ink, possibly 'AF'.



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'ST', 'A', and 'L'.

Entidades	Bem	Regime
Corpo Nacional de Escutas Agrup 370	Antiga Escola de Alcaria	Protocolo
União de Freguesias de Alvados e Alcaria	Antiga Escola de Alvados - Protocolo aprovado em Reunião Câmara 06-03-2015	Protocolo
Vertigem - Associação Para a Promoção do Património	Antiga Escola da Bezerra	Protocolo
Associação Coração Amarelo	Antigo Jardim de Infância dos Bouceiros	Protocolo
Sociedade Recreativa da Cabeça Veada	Antiga Escola da Cabeça Veada	Protocolo
Artemós - Associação de Artistas Plásticos de Porto de Mós	Antiga Escola dos Casais De Baixo	Protocolo
Fábrica da Igreja do Juncal	Antiga Escola Chão Pardo	Protocolo
Fábrica da Igreja das Pedreiras	Antiga Escola Cruz Da Léguas	Protocolo
Clube Automóvel de Porto de Mós	Antiga Escola dos Bouceiros	Protocolo
Bencaça - Clube de Caça de São Bento	Antiga Escola das Fontainhas	Protocolo
Rotary Clube de Porto de Mós	Antiga Escola do Mato Velho	Protocolo
Rancho das Pedreiras	Antiga Escola Pedreiras	Protocolo
Núcleo de Espeleologia de Leiria e Associação Pedras Soltas	Antiga Escola do Poço Da Chainça	Protocolo
Clube Desportivo Ribeirense	Antiga Escola da Ribeira de Cima	Protocolo
Associação de São Bento	Antiga Escola de Telhados Grandes	Protocolo
Asso. Apoio Infantil de Pedreiras	Antigo Jardim de Infância de Pedreiras	Protocolo
Freguesia de Pedreiras	Antigo Jardim de Infância da Tremoceira	Protocolo
Asso. de Artesão Serra Aire e Candeeiros	Antiga Escola Do Livramento	Protocolo
Freguesia do Juncal	Pavilhão Gimnodesportivo do Juncal	Contrato Interadministrativo
Associação Desportiva Portomossense	Cedência Direito de Superfície do Prédio situado no Parque Desportivo Porto de Mós	Cedência Direito de superfície
Cercilei- Coop. Ensino Cidadãos Inad.Leiria, CRL	Cedência Contrato Comodato Parte do Edifício Antigo Matadouro	Contrato Comodato
Ministério da Administração Interna (GNR)	Cedência Contrato Comodato Parte da Antiga Escola Luciano Justo Ramos	Contrato Comodato
Freguesia de Mira de Aire	Cedência Contrato Comodato Edifício na Quintinha do Roseiral (Mira de Aire)	Contrato Comodato
Acilis - Associação Comercial e Industrial de Leiria	Cedência em regime de aluguer gratuito de loja no mercado municipal de Porto de Mós (Del. 01-07-2016)	Protocolo 01-07-2016
Federação dos Bombeiros do Distrito de Leiria	Cedência de Loja nas Docas (Del. 28-01-2016)	
O Castelo Associação Cultural de Porto de Mós	Cedência de Loja no Mercado Municipal de Porto de Mós (Del. 25-02-2016)	
Fundo Social dos Funcionários da Câmara Municipal	Cedência de Loja no Mercado Municipal de Porto de Mós (Del. 23-03-2016)	
Acilis - Associação Comercial e Industrial de Leiria	Cedência para utilização de cozinha equipada, copa e sala e de refeições (Del. 19-05-2016)	
Associação Desportiva Portomossense	Cedência do Bar de Apoio às Piscinas Exteriores (Del. 16-06-2016)	

Imobilizações implantadas em propriedade alheia:

As imobilizações implantadas em propriedade alheia estão identificados no mapa abaixo e são na sua maioria pequenas construções térreas onde estão implantados sistemas (depósitos) para captações de águas destinadas ao abastecimento às populações.

Handwritten signature in blue ink.



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

Descrição do bem	Valorização	Montante
Reservatório R98-A - Moinhos de São Miguel - Pragosa	Avaliação	22.072,50 €
Reservatório da rua Luis de Camões (junto ao posto da GNR) - Mira d'Aire	Avaliação	14.940,00 €
Reservatório de Campolide - Porto de Mós	Avaliação	6.720,00 €
Reservatório (Mario Xavier) - Mira D'Aire	Avaliação	7.440,00 €
Reservatório R199 - Casal Duro - Alqueidão da Serra	Avaliação	4.965,00 €
Reservatório junto às Grutas de Santo António	Avaliação	4.927,50 €
Reservatório do Livramento	Avaliação	5.265,00 €
Central de águas de Mira de Aire	Avaliação	217.852,50 €
Reservatório junto às Grutas de Alvados	Avaliação	4.147,50 €
Reservatório em Moinhos Velhos - Mira de Aire	Avaliação	5.655,00 €
Reservatório R57 Pinhal Verde - Juncal	Avaliação	31.222,50 €
Mercado Municipal de Mira de Aire	Avaliação	301.950,00 €
Museu Municipal de Porto de Mós	Avaliação	140.610,00 €
Escola Pré-Primária de Tremeceira	Avaliação	84.157,50 €
Escola Pré-Primária de Pedreiras	Avaliação	26.910,00 €
Biblioteca Municipal de Porto de Mós	Valor Patrimonial	250.695,00 €
Escola Pré-Primária de Arrimal	Avaliação	57.952,50 €
Escola Pré-Primária de Calvaria de Cima	Avaliação	18.307,50 €
Escola Pré-Primária de Alqueidão da Serra	Avaliação	63.135,00 €

Ponto 8.2.13 Bens de locação financeira

RUBRICA	DESIGNAÇÃO DO BEM	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	ACTIVO LÍQUIDO
424040106	Toyota Hilux - Veiculo comercial ligeiro	22.519,52 €	10.853,41 €	11.666,11 €
424040107	Toyota Dyna – Veiculo Ligeiro	29.610,55€	25.909,24€	3.701,31€
424040303	Máquina Retroescavadora JCB	46.087,60 €	19.743,90€	26.343,70€

Ponto 8.2.14 Relação dos Bens do Imobilizado que não foi possível valorizar

Durante o ano 2016, não houve incorporação de bens de imobilizado que não tenham sido valorizados.

Os bens de imobilizado sem valorização estão apresentados em lista anexa ao presente relatório.

Há bens que foram inventariados em exercícios anteriores com valor zero, dado que eram bens antigos, não existindo documentos de suporte à sua avaliação e para os quais não foi possível atribuir um valor de mercado, nomeadamente equipamento básico e administrativo.

[Handwritten signature in blue ink]



Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'STF' and several illegible signatures.

Existem ainda bens que foram doados ao Município e integrados no património por deliberação do órgão executivo cuja valorização não foi possível apurar, pelo que os mesmos assumiram o valor zero, aquando da sua integração no inventário.

No exercício 2016 foram regularizados e contabilizados, por deliberação do órgão executivo de 27-12-2016, bens no montante de 1.919.716,58€ euros, respeitante a bens que não estavam incluídos no património do Município.

Relativamente à plenitude do registo contabilístico de Bens de Domínio Público, sob o controlo do Município, não temos conhecimento nesta data da existência de bens que não estejam inventariados, cadastrados e reconhecidos contabilisticamente, pelo que é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras refletem de forma apropriada tal situação, tanto mais que nos últimos exercícios não existiram variações da conta de Património.

Com o trabalho desenvolvido nos últimos anos, nomeadamente o esforço efetuado neste último ano de 2016, entendemos que a existência de bens ainda não incluídos no inventário municipal será diminuto e sem possibilidade neste momento de identificação. Irão os serviços dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido, no sentido de regularizar as situações que forem sendo identificadas.

Ponto 8.2.15 Bens do Domínio Público que não são objecto de Amortização

Tal como previsto quer no POCAL quer nas tabelas da portaria n.º 671/2000, de 17 de abril, os terrenos e recursos naturais, bem como os bens do património histórico, artístico e cultural, não são alvo de amortizações.

Ponto 8.2.16 Investimentos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 os investimentos financeiros em empresas associadas tinham a composição apresentada no quadro abaixo. Os Investimentos Financeiros estão evidenciados no Balanço na Conta 411 – Partes de Capital.

DESIGNAÇÃO	SEDE	PARCELA DETIDA PELO MUNICIPIO	(Euros)	
			CAPITAIS PRÓPRIOS DA EMPRESA PARTICIPADA	RESULTADO DO EXERCÍCIO DA EMPRESA PARTICIPADA
Mapicentro - S.A.	Ponte das Mestres Barosa 2400 Leiria	46 Ações 0,01%	308.847,11	-291.513,10
AdCL-Águas do Centro Litoral, SA	Avenida Dr. Luis Albuquerque ETA da Boavista 3030 410 Coimbra	16 211 Ações 0,20%	90.753.761,22	3.970.212,23
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A.	Aterro Sanitário de Leiria, Quinta do Banco , Parceiros, Apartado 157 2416-902 Leiria	17 320 Ações 4,33%	10.334.183	734.224
WRC - Web para a Região Centro, Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.	Curia Tecnoparque 3780-544 Curia	1 500 Ações 0,55%	636.337,85	48,30
OPEN - Associação para Oportunidades Especificas de Negócio	Zona Industrial da Marinha Grande Rua da Bélgica, Lote 18 Apartado 78 2431-901 Marinha Grande	1 Unidade de Participação	1.030.118,88	598,93

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

Em 2016 o Município de Porto de Mós manteve a garantia bancária, no montante de 87.705,01€, prestada a favor da SIMLIS - Saneamento Integrado dos Municípios do Lis, SA., actual AdCL-Águas do Centro Litoral, SA.

Ponto 8.2.22 Dívidas de Terceiros de Cobrança Duvidosa

O valor das dívidas de cobrança duvidosa é o que consta na conta 2.1.8. – clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa e respeita a dívidas de clientes de água, saneamento e serviços sociais.

Ponto 8.2.25

Não existem dívidas ao Estado ou qualquer outro ente Público em situação de mora. O valor constante do Balanço diz respeito a descontos e retenções efectuadas cujo prazo de pagamento não estava ainda vencido, nomeadamente pagamentos de operações de tesouraria (retenções e despesas da CGA e Segurança Social de dezembro de 2016), cujo pagamento foi efetuados nos prazos legais em janeiro de 2017.

Ponto 8.2.26 (Ver mapa em anexo – Mapa “Contas de Ordem”)

Ponto 8.2.27 Desdobramento das contas de provisões acumuladas

(Ver ainda mapa anexo – Mapa “Desdobramento das Conta de Provisões Acumuladas)

Unidade: €

Código das Contas	Rubricas	Sando Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
19	Provisões para Aplicações de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291	Provisões para Cobrança Duvidosas	49.884,38	13.836,94	7.058,52	56.662,80
292	Provisões para Riscos e Encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
39	Provisões para Depreciação de Existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49	Provisões para Investimentos Financeiros	4.610,36	0,00	380,49	4.229,87
	Total	54.494,74	13.836,94	7.439,01	60.892,67

Ponto 8.2.28 Movimentos ocorridos na classe 5 “Fundo Patrimonial”

Unidade: €

Contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
51 Património	17.634.090,22	1.923.759,23	13.993,39	19.543.856,06
571 Reservas legais	993.381,26	101.224,31	0,00	1.094.605,57
576 Doações	18.410,30	0,00	0,00	18.410,30
59 Resultados Transitados	24.215.566,61	2.704.661,46	690.070,00	26.230.158,07



Município de Porto de Mós
Câmara Municipal

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'CFM', 'AF', and others.

A conta “51 Património” registou um aumento devido a regularizações ao Balanço Inicial. Os bens regularizados no âmbito do balanço inicial foram:

Descrição do bem	Valorização	Montante
Reservatório R98-A - Moinhos de São Miguel - Pragosa	Avaliação	22.072,50 €
Reservatorio da rua Luis de Camões (junto ao posto da GNR) - Mira d'Aire	Avaliação	14.940,00 €
Reservatório de Campolide - Porto de Mós	Avaliação	6.720,00 €
Reservatorio (Mario Xavier) - Mira D'Aire	Avaliação	7.440,00 €
Reservatório R199 - Casal Duro - Alqueidão da Serra	Avaliação	4.965,00 €
Reservatório junto às Grutas de Santo António	Avaliação	4.927,50 €
Reservatório do Livramento	Avaliação	5.265,00 €
Reservatório R98 São Miguel - Porto de Mós	Avaliação	21.980,00 €
Central de águas de Mira de Aire	Avaliação	217.852,50 €
Reservatório junto às Grutas de Alvados	Avaliação	4.147,50 €
Reservatorio em Moinhos Velhos - Mira de Aire	Avaliação	5.655,00 €
Reservatório R57 Pinhal Verde - Juncal	Avaliação	31.222,50 €
Mercado Municipal de Mira de Aire	Avaliação	301.950,00 €
Museu Municipal de Porto de Mós	Avaliação	140.610,00 €
Escola Pré-Primária de Tremoceira	Avaliação	84.157,50 €
Escola Pré-Primária de Pedreiras	Avaliação	26.910,00 €
Biblioteca Municipal de Porto de Mós	Valor Patrimonial	250.695,00 €
Escola Pré-Primária de Arrimal	Avaliação	57.952,50 €
Escola Pré-Primária de Calvaria de Cima	Avaliação	18.307,50 €
Escola Pré-Primária de Alqueidão da Serra	Avaliação	63.135,00 €
Antiga Central Termoelectrica	Valor Aquisição	140.099,86 €
Escola Pré-Primária da Cruz da Légua	Valor Patrimonial	33.215,00 €
Terreno para Complexo desportivo / Campo Municipal de Porto de Mós	Valor aquisição	49,88 €
Terreno para Complexo desportivo / Campo Municipal de Porto de Mós	Valor aquisição	174,58 €
Terreno sujacente à antiga Central Termoelectrica	Valor aquisição	46.699,95 €
Terreno para reservatório R237 - Chão Pardo	Valor Patrimonial	38,61 €
Terreno para reservatório R45 - Cruz da Légua	Valor Patrimonial	8.650,35 €
Terreno para reservatório R9 - Mendiga	Valor Patrimonial	147,24 €
Terreno para reservatório R1 - Figueiredo - Pragais	Valor Patrimonial	9,18 €
Terreno para reservatório R13 - Arrabal - Arrimal	Valor Patrimonial	23.640,20 €
Terreno para EB1 e Jardim de Infancia da Corredoura	Valor Patrimonial	23.525,17 €
Terreno para o Jardim de Infancia da Cruz da Légua	Valor Patrimonial	12.325,00 €
Terreno para EB1 e Jardim de Infancia do Tojal	Valor Patrimonial	13.998,03 €
Complexo desportivo / Campo Municipal de Porto de Mós	Avaliação	326.238,53 €
Total		1.919.716,58 €

A conta “571 Reservas legais” registou um aumento de 101.224,31€, que diz respeito à aplicação de resultados referentes ao ano de 2015.

A conta “59 Resultados Transitados” registou um aumento de 2.704.661,46€ devido nomeadamente à transferência do Resultado Líquido de 2015 no montante de 2.024.486,25€. Os restantes movimentos registados na conta dizem respeito a regularizações de amortizações de bens imóveis de anos anteriores.

Handwritten signature in blue ink.



CTA
AF
[Handwritten signatures]

Ponto 8.2.29 (Ver mapa em anexo – Mapa “Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas”)

Ponto 8.2.31 Demonstração dos Resultados Financeiros

Os resultados financeiros do exercício de 2016 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Financeiros”.

Ponto 8.2.32 Demonstração dos Resultados Extraordinários

Os resultados extraordinários do exercício de 2016 têm a composição evidenciada no mapa “Demonstração de Resultados Extraordinários”.

11 – Contabilidade de Custos

Em cumprimento do disposto no ponto 2.8.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de fevereiro – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais – POCAL, este Município tem desenvolvido desde o ano 2008 o sistema de contabilidade de custos. Trata-se de um sistema complexo que começou a ser implementado de modo faseado, recorrendo aos recursos internos da autarquia.

Com o decorrer do tempo, tem sido melhorado e ajustado à realidade operacional da organização. Tem evoluído em termos de abrangência e em qualidade de informação importante para a tomada de decisão do executivo municipal. Atualmente esta fonte de dados uteis à gestão verifica-se nas áreas da educação, das águas e de outros serviços com centros de custos criados para responder às necessidades crescentes.

Ao longo do ano 2016, continuou-se a melhorar e aprofundar este sistema de contabilidade, o que permitiu o apuramento dos custos do Município por bens e serviços.

Todos os custos do Município foram tratados, tendo sido repartidos por custos directos, indirectos e não incorporáveis.

Repartição dos Custos

O custo das funções, dos bens e dos serviços corresponde aos respectivos custos directos e indirectos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros.

A imputação dos custos indirectos efectua-se, após o apuramento dos custos directos por função, através de coeficientes.

Estabelece o Ponto 2.8.3 do POCAL que:

1. o coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada função corresponde à percentagem do total dos respectivos custos directos no total geral dos custos directos apurados em todas as funções;
2. o coeficiente de imputação dos custos indirectos de cada bem e serviço

[Handwritten signature]



**Município de Porto de Mós
Câmara Municipal**

corresponde à percentagem do total dos respetivos custos diretos no total dos custos diretos da função em que se enquadram.

Procedemos à análise dos custos por funções. A estrutura das funções adotada no âmbito da contabilidade de custos é semelhante à classificação funcional da despesa apresentada nos pontos 2.5.1 e 10.1 do POCAL.

Existem quatro funções: Funções Gerais, Funções Sociais, Funções Económicas e outras Funções, cujos custos se apresentam no seguinte quadro:

Apuramento de custos por função

Funções	Custos Totais		Variação	Peso das Funções no Total dos Custos	
	2015	2016		2015	2016
1 Funções Gerais	3.096.039,25	3.121.432,22	0,82%	21,02%	20,42%
111 Administração geral	2.891.841,22	2.878.652,17	-0,46%	19,63%	18,83%
120 Segurança e ordem públicas	8.192,50	15.744,24	92,18%	0,06%	0,10%
121 Proteção civil e luta contra incêndios	196.005,33	227.035,81	15,83%	1,33%	1,49%
2 Funções Sociais	8.657.277,53	9.080.699,79	4,89%	58,77%	59,40%
210 Educação	1.849.519,21	2.029.519,89	9,73%	12,56%	13,28%
212 Serviços auxiliares de ensino	1.032.542,39	947.724,04	-8,21%	7,01%	6,20%
220 Saúde	19.781,27	18.362,10	-7,17%	0,13%	0,12%
232 Ação social	127.104,53	275.308,98	116,60%	0,86%	1,80%
242 Ordenamento do Território	86.347,32	151.979,98	76,01%	0,59%	0,99%
243 Saneamento	1.052.758,56	1.106.931,95	5,15%	7,15%	7,24%
244 Abastecimento de água	1.423.851,51	1.352.599,76	-5,00%	9,67%	8,85%
245 Resíduos sólidos	937.808,84	998.598,29	6,48%	6,37%	6,78%
246 Proteção meio amb. e cons. natureza	502.928,83	517.668,78	2,93%	3,41%	3,39%
251 Cultura	832.033,74	860.892,67	3,47%	5,65%	5,63%
252 Desporto, recreio e lazer	748.800,24	775.419,93	3,55%	5,08%	5,07%
253 Outras atividades cívicas e religiosas	43.801,09	45.693,42	4,32%	0,30%	0,30%
3 Funções Económicas	2.663.662,54	2.785.515,50	4,57%	18,08%	18,22%
320 Indústria e energia	849.359,69	868.194,16	2,22%	5,77%	5,68%
331 Transportes rodoviários	1.784.518,09	1.885.326,17	5,65%	12,11%	12,33%
341 Mercados e feiras	29.784,76	27.388,82	-8,04%	0,20%	0,18%
342 Turismo	0,00	4.606,35	100,00%	0,00%	0,03%
4 Outras Funções	313.067,59	299.010,29	-4,49%	2,13%	1,96%
420 - Transferências entre Administrações	313.067,59	299.010,29	-4,49%	2,13%	1,96%
Total	14.730.046,91	15.286.657,80	3,78%		

Da análise do quadro supra, apuramento de custos por função, verificamos que se registou um aumento de 3,78% dos custos totais, cerca de 556.610,89€.

De referir que as funções com maior relevância nos custos totais do Município são as



funções sociais. Dentro destas tem maior peso a educação, com 13,28%, seguida do abastecimento de água. As funções gerais representaram, no ano 2016, 20,42% dos custos totais. Dentro das funções económicas, a que tem maior peso é a relacionada com os transportes rodoviários com cerca de 12,33% dos custos totais.

12 – Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido apurado no Exercício do ano 2016 foi de 1.438.587,19 €.

Nos termos do ponto 2.7.3.1 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro – POCAL, a aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo órgão deliberativo mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

Estabelecem ainda os pontos 2.7.3.2 a 2.7.3.5 do POCAL que:

- ✓ 2.7.3.2 - No início de cada exercício, o resultado do exercício anterior é transferido para a conta 59 «Resultados transitados».
- ✓ 2.7.3.3 - Quando houver saldo positivo na conta 59 «Resultados transitados», o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:
 - a) Reforço do património;
 - b) Constituição ou reforço de reservas.
- ✓ 2.7.3.4 - É obrigatório o reforço do património até que o valor contabilístico da conta 51 «Património» corresponda a 20% do activo líquido.
- ✓ 2.7.3.5 - Sem prejuízo do disposto no número anterior, deve constituir-se o reforço anual da conta 571 «Reservas legais», **no valor mínimo de 5% do resultado líquido do exercício.**

Assim, nos termos do disposto no ponto 2.7.3. do POCAL, e atendendo a que o valor da conta 51 Património reflete, em 31-12-2016, um valor superior a 20% do ativo líquido, propõe-se:

- Que 5% do Resultado Líquido do Exercício seja transferido para a conta de “Reservas Legais”;
- Que o valor remanescente seja transferido para a conta de “Resultados Transitados”.

Porto de Mós, 03 de abril de 2017.

O Vice-Presidente da Câmara,

(Albino Pereira Januário)



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the letters 'CTH' and 'A'.

IV - MAPAS ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO

- Ativo Bruto
- Amortizações e Provisões
- Ativo Imobilizado – Bens Móveis agrupados por Grupos Homogéneos
- Bens Imóveis (terrenos, edifícios e outras construções) e Viaturas desagregados elemento a elemento
- Lista de Bens Abatidos ao Inventário
- Relação de Bens Sem Valor
- Contas de Ordem
- Desdobramento das contas de Provisões Acumuladas
- Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas
- Demonstração de Resultados Financeiros
- Demonstração de Resultados Extraordinários
- Cópia das Declarações emitidas ao abrigo do artigo 15.º da LCPA

Handwritten signature in blue ink.